



Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Fiori Luiz e Palácios.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o n.º 036/79, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tibagi, no qual comunica que foi aprovada em sessão realizada no dia 17 do mês próximo passado, por aquela Câmara, Moção de Congratulações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ney Aminthas de Barros Braga, por sua investidura pela vez segunda, na Governança do Estado.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. RUBENS GEVIESKI, Presidente da Sociedade Recreativa Vasco da Gama.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo infausto passamento ocorrido na madrugada de ontem, em acidente automobilístico, do Senhor Rubens Gevieski.

O Senhor Rubens Gevieski exercia as funções de Presidente do Vasco da Gama Futebol Clube, destacando-se com brilhantismo nos meios daquela Agremiação Esportiva onde gozava do maior conceito e admiração e seu desaparecimento, aos 42 anos de idade, deixa uma imensa lacuna nos meios que participava.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, dê-se conhecimento à família enlutada, bem como ao Vasco da Gama Futebol Clube.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento da Senhora ALAYDE COSTA SOUZA, ocorrido sábado último, dia 21 de abril, nesta Capital.

A extinta deixa viúvo o Sr. Alberto Cordeiro de Souza, deixando ainda três filhos: Leo, Altair - Juiz da Vara da Família e Ernesto Costa de Souza, Assessor de Gabinete desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, um voto de congratulações à Sua Excelência, o Ministro da Indústria e Comércio e ao Sr. Sigurd Schindler, pela deliberação da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, fazendo um diferencial de cinco centavos por libra peso dos cafés tipo 6 e 7 exportado por Paranaguá.

A medida vai criar melhores condições para que os cafés paranaenses sejam encaminhados ao Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado do Paraná, consubstanciado em Pedido de Informações, às seguintes indagações:

- 1.ª - Quantas propriedades rurais possui o Governo do Estado do Paraná?
- 2.ª - Por quais meios essas áreas passaram ao domínio do Governo do Estado?
- 3.ª - Quantas pessoas residem em cada área e quais os serviços prestados pelas mesmas?
- 4.ª - Para quais finalidades se destinam essas áreas e quais os resultados que as mesmas apresentam?
- 5.ª - O aproveitamento dessas áreas - comumente denominadas FAZENDAS DO ESTADO - obedece a uma política global de planejamento ou cada propriedade está destinada à finalidades específicas? Quais?

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Respalda-se o presente Pedido de Informações em intenção do Deputado proponente, elaborar plano de utilização dessas áreas com aproveitamento social, econômico e cultural voltado integralmente para a comunidade paranaense, por ser sabido que o Governo do Estado do Paraná é proprietário de diversas áreas encravadas em várias regiões paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, o editorial do jornal "Gazeta do Povo", intitulado "Vamos Exportar Café por Paranaguá", que bem reflete a situação atual do litoral paranaense, no que tange aos seus portos.

Sem demérito aos demais órgãos da imprensa paranaense, vem, a "Gazeta do Povo", há muito tempo, sendo um efetivo porta-voz dos anseios litorâneos do Paraná, em especial, da cidade de Paranaguá, o que o torna um jornal muito querido naquela cidade-porto.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que diversos municípios estão enfrentando seríssimas dificuldades financeiras, embora economicamente fortes levando-se em conta a sua produtividade, notadamente no setor primário;

Considerando que tal situação resulta do fato de serem desatualizados ou incompletas as informações usadas para a listagem dos índices de participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias-ICM muitas vezes causadas pelas dificuldades das Prefeituras terem acesso às guias informativas para impugnar os valores apontados;

Considerando, finalmente a conveniência de serem alterados os critérios para melhor atender as regiões produtoras, beneficiando, concomitantemente, a receita estadual pelo melhor controle.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente ao Dr. Edson Guimarães, DD. Secretário dos Negócios das Finanças do Estado, solicitando os necessários estudos com vistas à adoção de convênios com os municípios, a fim de estabelecer setores específicos de estatísticas e ICM, dividindo o Governo Estadual com os municípios as despesas de instalação e funcionamento.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando agilização nos estudos para a construção da Ferrovia Maringá-Campo Mourão-Cascavel.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ilustríssimo Senhor Secretário da Segurança Pública

do Estado, solicitando providências urgentes no sentido de designar um Delegado Especial para presidir o inquérito Policial junto a Sub-Delegacia de Polícia do Distrito de Sarandi, Município de Marialva, no que respeita a prisão e morte de JAIR GOMES FERREIRA, ocorrido naquela Sub-Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

As notícias relativas a prisão e morte de Jair Gomes Ferreira são contraditórias e estão a preocupar a população de Sarandi. Embora dado como suicídio pelas autoridades policiais, a família não aceita a versão por ter constatado profundas machucaduras na virilha do infeliz jovem, que, segundo as mesmas fontes policiais, teria encontrado a morte por enforcamento dentro da cela em que estava detido. Como a Sub-Delegacia de Polícia de Sarandi é ocupada por elemento não pertencente aos quadros oficiais da Secretaria da Segurança Pública e contar apenas com um Cabo Policial Militar em seu destacamento, não contando ainda com pessoal especializado é que torna-se necessária a designação de Delegado Especial para o caso, tranquilizando a população com referência as conclusões finais do inquérito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal de Curitiba, solicitando estudos urgentes, visando a reativação do ramal ferroviário entre Antonina e Morretes, desativado desde 1977.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

A população de Antonina e Morretes está seriamente preocupada com as notícias dando conta de que a FERGUPAR (Ferro Gusa do Paraná Ltda.) poderá passar a explorar a linha Morretes/Antonina. A preocupação se resume na forma como será explorada, pois o povo daqueles municípios (mais de cinquenta mil habitantes) espera que sejam também colocados trens de passageiros e não somente vagões de cargas, carregados de ferro-gusa.

É importante que neste momento em que o Ministro Eliseu Rezende, dos Transportes, revela que vai obter financiamentos do Banco Mundial, visando a reformulação total do trecho da Serra do Mar, na ferrovia que liga Curitiba a Paranaguá (corredor de exportação), se pense neste ramal ferroviário (Morretes/Antonina) que poderá beneficiar milhares de paranaenses por ser a ferrovia um meio de transporte mais barato e, portanto, de grande utilidade para os trabalhadores do litoral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Secretário da Cultura e Esportes, Luiz Roberto Soares, sugerindo a criação de um sistema de financiamento ao produtor teatral do Paraná, visando a abertura de mercado para o artista paranaense.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

O produtor teatral do Paraná aguarda com ansiedade medidas que possam recuperar o tempo pedido. Os nossos valores ficaram esquecidos e marginalizados com a falta de condições para o exercício de seus trabalhos. Atualmente

somente o Teatro Guaíra tem amparado o produtor local, assim mesmo em pequena escala, sem grandes auxílios. A maior parte das peças encenadas em nosso Estado são de autores, produtores e artistas de outros centros. Muitos produtores do Paraná estão desestimulados pela falta de condições financeiras, o que poderia ser solucionado com a criação de um sistema especial de crédito ao produtor paranaense. A Secretaria da Cultura e Esportes estaria movimentando seus técnicos no sentido de desenvolver um sistema viável, conseguindo desta forma uma abertura espetacular em termos de trabalho e motivação aos nossos artistas. Existem diversos grupos teatrais, e até mesmo produtores individuais, interessados em assumir compromissos deste porte, pois trata-se de um verdadeiro investimento na cultura do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, solicita após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Carlos Brandão, Presidente do Banco Central do Brasil, pedindo a tomada de providências imediatas contra atitudes arbitrárias, coativas e intimidatórias, tomadas por funcionários do Banco do Brasil, agência de Medianeira e Banco Bamerindus, agência de Palotina, contra agricultores que participaram da reunião realizada no último dia 21 de março do corrente ano, em Município de Medianeira, ocasião em que discutiu-se os problemas vinculados com as Notas Promissórias Rurais.

Tais atitudes chegam a comprometer inclusive o posicionamento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, que mostra-se interessado na busca da solução para o caso.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Atitudes como as acima citadas, vem provocando um clima de tensão entre os agricultores portadores de NPRs, pois a Comissão eleita na Assembléia do dia 21 de março do corrente ano em Medianeira-PR, recebeu manifestação de solidariedade em suas reivindicações, inclusive do Governador do Estado; da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná; da Comissão Pastoral da Terra Nacional; do Regional Sul 2; de deputados estaduais e federais, além da Câmara de Vereadores do Município de Toledo.

Mas enquanto isso, na agência do Banco do Brasil em Medianeira, um funcionário do aludido estabelecimento bancário, rasgou a carteirinha e o talão de cheque ouro, do agricultor Mário Anschau, somente porque o cidadão apoiou seus colegas agricultores que têm problemas com as emissões de Notas Promissórias Rurais.

Na mesma agência foi negado financiamento ao Sr. Romeu Falkenbach, para a compra de uma grade, sendo-lhe dito que buscasse o pretendido financiamento, junto aos padres.

Essas manifestações de agravo à pessoa dos agricultores daquela região continuam, sendo que o Sr. Jaime Zilio e mais o Sr. Antônio Giron, componentes da Comissão eleita na Assembléia do dia 21/03/79 para a discussão dos problemas vinculados as NPRs, foram acusados de fazer parte de um grupo de agitadores juntamente com padres e políticos. E mais ainda, além dessa acusação, feita pelo gerente do Banco do Brasil, o mesmo ao receber tal documento o rasgou na presença de ambos, numa demonstração clara de desrespeito e provocação.

O Sr. Albino Rustig, teve por parte daquela agência bancária, descontada uma prestação que venceria somente no mês de agosto de 1980, mediante cheque cruzado.

Algumas agências bancárias chegam ao cúmulo da coação extrema, ao procurar agricultores para que estes troquem

as NPRs por duplicatas ou promissórias comuns, ou ainda para que assinem cartas de confissão de dívidas, com cinco linhas iniciais em branco, sob a ameaça de execução judicial, à partir do dia 30 deste mês.

Em Nova Santa Rosa, dois proprietários estão sendo executados judicialmente pelo Banco Bamerindus na Comarca de Palotina, sendo que o Sr. Wunibaldo Dilkin está ameaçado de ter seus cinco alqueires de terra levados a leilão dentro dos próximos dias, devido a uma NPR pendente, no valor de Cr\$ 48.223,02 (quarenta e oito mil, duzentos e vinte e três cruzeiros e dois centavos).

A Comissão de Agricultores nomeada pela Assembléia de Medianeira sobre as NPRs, esteve dia 02 de abril em audiência com o Sr. Reinold Stephanes, Secretário da Agricultura, e com o Sr. Eugênio Stefanello, Diretor da referida Secretaria, os quais se empenharam em levar as reivindicações junto aos órgãos estaduais e federais.

"Fomos informados que a Secretaria da Agricultura e o Governo Estadual, propuseram ao Banco Central a liberação de verba no valor de cento e trinta milhões de cruzeiros para cobrir o valor das NPRs já pagas e a pagar, cabendo aos bancos habilitar-se junto às empresas.

Até o presente momento, não houve resposta por parte do Banco Central.

Caso algum banco negar financiamento devido a vinculação que o agricultor tem com NPRs, bastaria a denúncia ao Sr. Aléssio Vaz Primo, Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, através da Secretaria da Agricultura do Banco do Brasil, através da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, que teria solução dentro de 24 horas.

Em caso de uma agência bancária passar a cobrar as NPRs a partir de 30 de abril, o governo tomaria medidas imediatas.

Estão sendo tomadas medidas para o quanto antes, eliminar-se a fonte causadora do mal das NPRs através de nova regulamentação do Decreto 167."

Estas portanto, foram informações recebidas oficialmente pelos integrantes da Comissão de Agricultores, nos dias dois e dezesseis de abril do corrente ano.

Tais providências ainda não foram tomadas, mas estão sendo tomadas atitudes contra os agricultores envolvidos com as NPRs, atitudes estas injustas e desumanas.

A Assembléia de Agricultores colocou o prazo para uma resposta definitiva até o dia 20 deste mês, e dada a não obtenção de soluções, fará realizar nova Assembléia de todos os agricultores em Medianeira dia 09 de maio, às oito horas e trinta minutos, na Igreja Matriz.

Mesmo diante da acusação do gerente da agência do Banco do Brasil de Medianeira, de que os integrantes da Comissão de Agricultores fazem parte de um grupo de agitadores juntamente com padres e políticos, quero deixar aqui, meu voto de solidariedade, e apoio a todos os agricultores, à esta mesma Comissão de Agricultores, e a todas as instituições de classe que estão unidas pela solução a este problema grave, desumano e acima de tudo repulsante dada a forma com que estão sendo tratados os humildes agricultores.

E estaremos ao lado desses agricultores dia 09 de maio, quando será realizada nova assembléia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se ofício à Delegacia Regional da SUNABA em nosso Estado, solicitando providências com relação ao injustificável desaparecimento nas prateleiras dos Supermercados do Norte do Estado, do óleo de soja, produto alimentício indispensável à mesa dos consumidores daquela região.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Numa evidente manobra altista, os proprietários dos Supermercados do Norte do Estado, retiraram das prateleiras de seus estabelecimentos o precioso óleo de soja, indispensável à mesa do pobre, quanto do rico - tratando-se, sem dúvida alguma, de procedimento escuso, de vez que o produto existe, mas ao preço de Cr\$ 20,40 - e na escamoteação do mesmo, oferecem à venda a banha de porco a Cr\$ 43,00 o quilo - ou o óleo de milho a Cr\$ 36,00 a lata com o peso de novecentas gramas líquidas. A SUNAB existe e foi criada para fiscalizar tudo o que ocorre no setor de abastecimento - e não pode, efetivamente, ficar OMISSA ante fatos de tal gravidade.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 41/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominado IRMÃ MARIA LEÔNIA - ENSINO DE 1.º GRAU a Unidade Escolar localizada na Quadra n.º 80 do Novo Loteamento Urbano da Prefeitura Municipal de Guaíra, nessa cidade, Estado do Paraná.

Art. 2.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

Maria Cristina Biesdorf que, como religiosa recebeu o nome de Irmã Maria Leônia, nasceu aos 21 de setembro de 1908 na cidade de Santa Cruz do Sul - RS.

Iniciou aí também seus estudos elementares indo depois a Porto Alegre no Colégio Bom Conselho onde os completou.

Ingressou na congregação das Irmãs Franciscanas em São Leopoldo, concluindo nesta cidade os estudos na Escola Superior de Música Carlos Gomes.

Dedicando-se sempre à educação das crianças e dos jovens, trabalhou em Pelotas, Canguçu, Santa Maria (RS) Dourados MS e Guaíra. Foi em Guaíra que empenhou o melhor de suas forças tanto pelas exigências de uma realidade em que tudo estava para ser construído, como pelos anos de serviço aqui prestados. Por isso compreendemos o amor que a ligava ao povo desta cidade.

Quando aqui chegou, em 21 de abril de 1960, as condições para o Ensino eram bastantes precárias. No período de 18 anos ao magistério, com dedicação, demonstrando em todos esses anos, dedicação exclusiva, elevando o nível cultural, social e moral dos alunos. Foi uma das pioneiras do Educandário Nossa Senhora do Carmo. Dirigiu com sacrifício os trabalhos de construção do prédio onde atualmente funciona o mesmo estabelecimento. Faleceu aos 25 de setembro de 1978, deixando a todos nós, ao povo de Guaíra, uma mensagem de desenvolvimento das aptidões pessoais e de dedicação ao próximo sem fazer distinção de credo, classe, raça ou cor.

Uma vida dedicada exclusivamente a causa da educação, com parte de maior atividade na cidade de Guaíra, merece que de uma maneira nobre, seu nome seja a denominação de um educandário.

Pelo exposto, empenho-me junto aos nobres Pares na aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está finda a leitura do expediente.

Registramos, com satisfação a presença, no plenário, do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Nelson Buffara, na última sessão, apresentou um voto de congratulações ao Embaixador Rainho, atual Presidente do Instituto Brasileiro do Café, pelas novas medidas que aquele Instituto baixou, referentes às exportações dos cafés 6 e 7.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, além de ter votado a favor do requerimento do Deputado Nelson Buffara, todas as reivindicações que Sua Excelência apresentar, em benefício da comunidade que representamos, espero sempre estar ao seu lado, como espero que Sua Excelência esteja sempre ao meu lado, quando reivindicarmos serviços obras para o Município que representamos.

Quero, além disso, estender esse voto de congratulações a mais duas pessoas.

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Repercutiu de maneira a merecer os maiores aplausos de toda a gente paranaense e principalmente do Porto de Paranaguá, a notícia recentemente transmitida pelo atual Presidente do Instituto Brasileiro do Café, ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, qual seja a deliberação da Diretoria daquele órgão, fixando um diferencial de cinco centavos por libra peso, nos preços dos cafés tipo 6 e 7, quando exportados pelo Porto de Paranaguá.

Essa medida vem de encontro aos legítimos anseios do nosso principal escoadouro, criando melhores condições para os exportadores que operam pelo nosso Porto e, consequentemente trazendo tranquilidade para a laboriosa classe de trabalhadores que exercem suas atividades naquele Porto.

As nossas palavras exteriorizam um pensamento amadurecido, refletindo um gesto ponderado e significativo dos homens que comandam a política cafeeira e que num ato de elevada compreensão e sabedoria atentam para as distorções e anormalidades porque passam as exportações do produto Rei, em nosso País.

Das mais justas reivindicações agora atendida porque vai criar melhores condições para que os cafés paranaenses sejam encaminhados ao Porto de Paranaguá, ocorrendo a possibilidade de toda a próxima safra calculada em aproximadamente quatro milhões de sacas, e mais grande parte dos estoques do IBC armazenados em nosso Estado, também os destinos de nosso principal escoadouro.

Verifica-se desde logo que o novo Governo, instalado sob geral expectativa, dentro de um tratado de inteligência e acuidade pelos problemas das exportações de café, desviou-se da linha de insegurança de atitudes e de improvisações de gestos que tumultuara, anteriormente, o comércio desse produto com os mercados consumidores. Revelou, mais, elevados propósitos de garantir um ambiente de tranquilidade e que inspirasse um sentido de confiança por parte dos países compradores.

Essa primeira medida justifica a nossa convicção de que outras serão tomadas com o mesmo sentido e assim o nosso comércio exportador, que nestes últimos tempos se retraiu consideravelmente, possa novamente reativar suas atitudes e lutar pela reconquista de uma posição que vinha perdendo.

A simples evidência dessas primeiras atitudes, aliada à vontade de que o Brasil tenha condições de retomar a estabilidade nas operações de venda de seu café, estamos certos possibilitará o aumento das nossas exportações e com isso criará aumento de entrada de divisas provenientes das vendas desse nosso principal produto.

Como representante do povo paranaense desejo trazer este testemunho aos meus Pares, e nesta oportunidade, solicitar sejam enviadas ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Camilo Pena e ao Senhor Diretor de Comercialização daquela Casa, Dr. Sigurd Schindler, um voto de congratulações traduzindo não só o nosso regozijo, como também a certeza de que o comando da economia cafeeira se encontra em mãos seguras".

Era só, Sr. Presidente, - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reporto-me ao pronunciamento que fiz, pela primeira vez desta tribuna.

Nele, dizia textualmente, criticando o Ministro Shigeaki Ueki:

“Os operários do setor, que guardam ainda na lembrança os tristes tempos de “administração” de Geisel e Ueki na Petrobrás, já estabeleceram que, trabalharão com tarjas negras de luto, como protesto, para manifestar todo o seu repúdio a mais este golpe que será desferido contra a Petrobrás, e contra eles mesmos. Estão brincando demais, com o Povo brasileiro!”

Na prática, o que afirmei traduziu-se em realidade.

Em cumprimento de decisão da Assembléia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Campinas e Paulínea, os empregados da Petrobrás utilizaram, por 7 dias, uma tarja negra em seus braços, para demonstrar insatisfação da categoria, com Ueki, pela tentativa de desnacionalização das empresas estatais.

O Secretário Geral do SINDIPETRO afirmou:

“Como Diretor Financeiro da Petrobrás, antes de ser Ministro Geiseliano, o Sr. Shigeaki Ueki representou o período mais negro para os trabalhadores da empresa, diante da política salarial”. Sua atuação como Ministro também está envolvida naquele protesto, especialmente por sua participação na implantação dos contratos de risco. Os petroleiros entendem que a Petrobrás foi construída e sustentada pelo povo, e jamais o monopólio da empresa deveria ser tocado, sem sua autorização.

Quando estava na Direção da Empresa, provocou uma queda de investimentos em pesquisas, exploração e produção de petróleo.

O que dizer do acordo atômico já exaustivamente dissecado pelo eminente Líder, Deputado Nilso Sguarezzi! Das bilionárias obras autorizadas pelo Ministro Ueki, sem concorrência pública?

E a compra da Light? Feita na escuridão! O ex-Ministro aparecia no vídeo praticamente todos os dias, sempre risonho. De que ria o Sr. Ministro? A pregar contenções, economias, que andássemos de bicicleta e a pé? Praticou o arrocho salarial, prometeu petróleo, que não apareceu, até hoje; acabou com a soberania nacional no setor petrolífero; comprou a Light, num episódio que deveria ser objeto de investigação através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito!

Depois de tudo isto, foi imposto, contra a vontade do povo brasileiro, na Presidência da Petrobrás. Exigiu, de todo o povo brasileiro, contenção de despesas, exigiu a diminuição de consumo de combustíveis, que todos fizessem o mínimo de despesas, de gastos, que todos fizessem o máximo de economia!

Mas, na quarta-feira última, o Sr. Ueki foi a Brasília depor na CPI Nuclear, e voltou ao Rio de Janeiro, num jato fretado por 116 mil cruzeiros. O Chefe do Setor de Relações Públicas da Petrobrás, Samuel Shermann, disse ser uma prática comum, a corrida.

Pobre povo brasileiro, Sr. Presidente! Que desrespeito!

Disse mais o Relações Públicas: que o Ministro fretou o avião, para não chegar atrasado, em meia hora, a uma reunião. Num País em que os salários de milhões estão atrasados 15 anos, o Sr. Presidente da Petrobrás não queria chegar atrasado, 30 minutos!

Não acredito neste argumento, por ser pueril e inconsistente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com os 116 mil cruzeiros gastos em uma viagem, pelo Sr. Ueki, poderíamos adquirir 12.084 litros de gasolina, que dariam para um automóvel dar três voltas ao redor da Terra.

Dariam para se pagar 2.320 dias de trabalho do desassistido trabalhador brasileiro; dariam 116.000 cruzeiros dilapidados para se comprar 2.900 quilos de carne que certamente matariam a fome de milhares de menores abandonados à própria sorte.

Dariam para se adquirir 12.000 quilos de feijão comum, que alimentariam cinco pessoas, uma família durante mais de trinta anos. O que fica claro de episódios como esse, é que o povo está certo quando não acredita e não confia nos dirigentes que, como o Presidente da Petrobrás, foram impostos ao povo brasileiro.

O Sr. Ueki é um corpo estranho no organismo nacional, e a sua expelição está tardando Senhor Presidente, Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“O ensino no Brasil, tem sobrevivido a muitas e sérias crises. O Governo quer o ensino pago, a oposição quer o ensino gratuito. Cresce ano a ano o número de jovens, filhos de trabalhadores e da classe média que buscam um lugar nas Universidades ou em escolas isoladas de ensino superior. Ou encontram as portas fechadas, ou são barrados pelo injusto sistema classificatório do vestibular ou não podem continuar seus estudos, porque não têm condições de responder pelas exorbitantes mensalidades. No Paraná particularmente, o caso assume gravidade maior. No Interior do Estado, nas cidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, temos três universidades criadas ao tempo do Governador Paulo Pimentel, que são mantidas por fundações de Direito Público e que cobram mensalidades de seus alunos. Apenas para dar um exemplo, basta dizer que além das verbas que recebem do Estado, estas Universidades cobram de seus alunos, mensalidades que chegam a níveis assustadores. Para o Curso de Odontologia, as mensalidades chegam a cerca de três mil cruzeiros, sem contar as despesas com material, livros e transporte.

Dos cofres do Estado, saem importâncias elevadas para essas instituições. Se é assim, estas universidades estão ou devem estar sujeitas à consideração, apreciação e fiscalização dos poderes superiores do Estado, notadamente do Executivo e do Legislativo. Especificamente no caso da Universidade de Londrina, a participação do Poder Legislativo se faz mais necessária e urgente, pela crise que ora ali se verifica e que se transformou em notícia nacional. A Universidade de Londrina, é uma instituição muito cara à população, à juventude e às famílias de todo o norte do Paraná. Elas nasceu prometendo muito e dela todos esperam mais. Nasceu logo depois da Universidade de Campinas, a famosa Unicamp que também é estadual.

Muitos professores, altamente qualificados à época, tiveram que optar entre ensinar na Universidade de Londrina ou na Universidade de Campinas. Optaram pela Universidade de Londrina ao tempo do Reitor Garcia Lopes que muito incentivava a pesquisa, mas o Sr. Garcia Lopes deixou a Reitoria e em seu lugar veio o Sr. Oscar Alves, agora Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, que é afim ao Sr. Governador do Estado.

Sucedeu-o o Sr. José Carlos Pinotti, atual Reitor. Nesta hora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, qual o resultado de uma comparação entre as Universidades de Londrina e de Campinas? A Universidade de Campinas tem incentivado a pesquisa tanto que, ainda há pouco tempo, os jornais divulgaram em primeira página, a notícia de que ali um professor descobriu a água pesada. Logo depois, os mesmos jornais destacaram a notícia de outra descoberta — um agrônomo geneticista descobriu em suas pesquisas uma semente de milho de maior produtividade e estariam por chegar até a descoberta do milho perene. Ali na Universidade de Campinas, concentram-se, atualmente, os maiores economistas, sociólogos e cientistas políticos nacionais.

A Universidade de Londrina, em que se transformou?

Em centro de empreguismo, de perseguição, de burocracia.

Ainda agora, os professores e residentes do Hospital Uni-

versitário estão em greve. Motivo aliás, de um pronunciamento anterior nosso, nesta Casa, que o Sr. Ministro do Trabalho atendendo à conveniência política, declarou ilegal. Não é ilegal lutar pela Justiça? Não é ilegal lutar contra a perseguição; não é ilegal lutar contra a mediocridade; não é ilegal protestar contra a pequenez de forasteiros. O Sr. Cel. Rubens Parcerino Moura não é de Londrina. Ali chegou há pouco tempo, trazido pelo Sr. Reitor para perseguir e demitir professores; para perseguir inclusive estudantes.

Londrina não o aceita; Londrina não o estima. Em Londrina ele não tem raiz; por Londrina ele não tem amor.

Agora, a Universidade de Londrina prometer demitir todos os grevistas. O Hospital Universitário ficará prejudicado pela intransigência, não dos grevistas mas, do Sr. Reitor que está muito bem custodiado pelos poderosos do dia.

Entre os poderosos do dia e Londrina, nós ficaremos com Londrina; entre os poderosos do dia e a juventude, nós ficaremos com a juventude; entre os poderosos do dia e os que fazem greve contra as injustiças, e a perseguição, nós ficaremos com os grevistas. Mas, a nossa solidariedade não deve ficar apenas em palavras. É por isso que venho agora, comunicar a esta Casa e também ao Paraná, que ainda no dia de hoje, concluirei requerimento e iniciarei a coleta de assinaturas, para requerer uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Universidade Estadual de Londrina. Estou convencido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que com essa CPI poderemos descobrir os mistérios, as perseguições e as injustiças; o empreguismo, a burocratização, a mercantilização e a criminosa decaída da Universidade Estadual de Londrina. Esta é a tarefa, é obrigação dessa Assembléia, que não pode se omitir diante de tamanha gravidade. É tarefa de todos nós, Deputados, representantes do povo, de ambos os Partidos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos a esta tribuna neste dia, para tratar de um problema de fundamental importância para o desenvolvimento de nossa região, de nosso Estado e de nosso País.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os governos da "REVOLUÇÃO", tanto investiram no desenvolvimento rodoviário que, hoje, o País praticamente não tem outra alternativa para o transporte de nossas mercadorias.

Se não vejamos: — O Transporte marítimo varia de um terço a um quinto do custo do transporte rodoviário, no entanto, a falta de equipamentos, a má estrutura portuária brasileira, faz com que o mesmo deixe de ser utilizado.

Mas, essa mesma Revolução, premida com o aumento do petróleo a partir de 1973, através dos seus governos teve que se preocupar com outras formas de transporte, que não o rodoviário, e foi daí a orientação nascida através do I Plano Nacional de Desenvolvimento, no qual as ferrovias foram contempladas com 24,2% de investimentos programados contra 50,7% para as rodovias, mas o II Plano Nacional de Desenvolvimento trouxe índices mais alentadores, pois previa 35,8% para as ferrovias, contra 27% para as rodovias, incluindo-se aí, também os investimentos para o transporte urbano, o qual passou a ganhar um destaque fundamental, haja visto que o mesmo é responsável por 60% do atual consumo de combustível no País, e só para exemplificar, na grande São Paulo, é hoje consumida 15% da gasolina gasta em todo o Brasil.

Atualmente se gasta Sr. Presidente, Srs. Deputados, 96.194 litros de petróleo por minuto no Brasil, o que por certo trará muito em breve uma crise total no transporte atualmente utilizado, que é o rodoviário, apesar de ser o mesmo, hoje, a máquina propulsora do nosso progresso, devido a facilidade com que o mesmo é operado, pois a mercadoria nele transpor-

tada chega com rapidez e segurança de porta a porta, mas está na hora de se pensar na utilização de outros meios, de se utilizar de nosso potencial, para melhorar o nosso sistema e baratear o seu custo e nos desobrigar da prisão atual à política petrolífera das grandes nações exportadoras do mesmo.

Sabemos Sr. Presidente, Srs. Deputados que neste exercício financeiro, está previsto pelo Ministério dos Transportes e aplicação de sessenta e cinco bilhões e meio de cruzeiros em investimentos, o que deste total, 21 bilhões serão aplicados em ferrovias e que 15 bilhões e meio serão aplicados em Portos e Construção Naval o que muito nos satisfaz, ao saber que o Governo se preocupa sobremaneira na modificação de sua atual política de transportes em nosso País.

Daí então Sr. Presidente, Srs. Deputados é que vimos a essa tribuna, levantar mais uma vez a voz clamante do povo de minha região, dos agricultores e lavradores da região do Vale do Piquiri-Ivaí, que em 19 de março de 1975, através da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. - "COAMO", enviava ao então Ministro dos Transportes, Sr. Dirceu Nogueira um estudo sobre a região, onde demonstrava a necessidade urgente da ligação ferroviária entre Maringá-Campo Mourão, dando inclusive outras opções, que seriam a Campo Mourão-Cianorte ou a Campo Mourão-Mauá, como também fazia naquela oportunidade, um estudo sócio-econômico de toda a região, para que o mesmo, pudesse sensibilizar o então Sr. Ministro, para a necessidade de realização desta ferrovia, que é uma obra de alto interesse social e econômico, pois virá trazer benefícios incomensuráveis não só a região, mas ao Paraná e ao Brasil, pois é sabido que hoje com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, tem a mesma o seu depósito no terminal ferroviário de Maringá, e que com a ligação Maringá-Campo Mourão e posteriormente, Campo Mourão-Cascavel, que interligará a ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu, irá trazer o barateamento dos custos de transportes, inclusive o que é computado para a construção da maior hidrelétrica do mundo, seria diminuído consideravelmente.

Somou-se na época, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao clamor da "COAMO" todas as lideranças legítimas de nossa região, as quais solicitavam, como agora solicitamos, a ligação ferroviária entre Campo Mourão-Cascavel, entre essas o nosso valoroso companheiro, vereador em Campo Mourão, Sr. José Pedroso Fabri, o qual requeria através da Câmara Municipal em 30 de março de 1977, fosse encaminhado pedido ao Sr. Ministro, do mesmo benefício. Também esta Casa em sessão de 29 de março de 1977, aprovava requerimento do então Deputado Osório Valter Pietrângelo no mesmo sentido, ainda, a Câmara Federal se manifestava através da palavra do Deputado Álvaro Dias.

Mas, passados longos anos, desde 1975, sem que se fizesse nada para atender aos reclamos de um povo sofrido, pelo angustiante problema que é o do transporte, do alto custo operacional, mais uma vez somos premidos a voltar a esta tribuna, e manifestar o desejo do povo de minha região, que espera que o mesmo problema volte a ser estudado, e que se faça realmente, a ligação do terminal Ferroviário de Maringá a Campo Mourão e Campo Mourão-Cascavel, para solver os problemas angustiantes de uma região das mais promissoras e pujantes do Estado e que de há muito espera esse benefício.

É por isso, Sr. Presidente, que nesta data envio a V. Ex.^a requerimento no sentido de que se oficie ao Sr. Ministro dos Transportes, solicitação para que seja agilizada a construção da Ferrovia Maringá-Campo Mourão-Cascavel, a qual conforme notícias veiculadas na imprensa local, não se encontra no plano de prioridades de construção pelo Governo Federal.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de, complementando o pronunciamento do companheiro Darcy Deitos, que falou nesta Casa sobre o problema das ferrovias, realmente é o meio mais barato, mais econômico de transporte, sem dúvida alguma. E nós sentimos que é hora do Governo Federal, abrir os olhos e incrementar ainda mais este meio de transporte.

Assim sendo, estou através de requerimento, solicitando em apelo ao Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal, Superintendente em Curitiba, para que em caráter de urgência tome medidas especiais, visando o reativamento do ramal ferroviário entre Antonina e Morretes.

Este ramal desde 1977 está desativado, e agora, soubemos através de notícias publicadas pela imprensa, que a FERGUPAR (Ferro Gusa do Paraná Ltda.) poderá explorar esta linha, Morretes/Antonina. Sentimos através de alguns amigos que possuímos nesses Municípios, Antonina e Morretes, a preocupação da população desses municípios, com respeito a esta exploração.

Porque na verdade a FERGUPAR pensa em se utilizar da linha para transporte de ferro. E no entanto, não se utilizará de vagões de passageiros.

Nós então, sentimos a necessidade de apelar para o Sr. Superintendente da Rede, no sentido de que este, encampe a idéia e passe através da própria Rede, a ativar este ramal ferroviário, dando condições de transporte de massa, de transporte econômico à população tanto de Morretes como de Antonina.

É importante o momento, porque o próprio Ministro Sr. Elizeu Resende, dos Transportes deu entrevista há dias atrás, informando que está conseguindo financiamento junto ao Banco Mundial, para a reformulação total do trecho da Serra do Mar, na Ferrovia que liga Curitiba-Paranaguá. O chamado corredor de exportação.

Assim sendo, que se pense também na extensão desta reformulação, fazendo com que a linha Morretes-Antonina, seja ativada, dando condições de meios de transporte, mais barato, mais econômico, para os trabalhadores do litoral.

Amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltarei a falar sobre o assunto, falando sobre a FERGUPAR que inclusive está gerando atualmente, 200 empregos naquele município e poderá gerar muito mais se for ativada esta linha.

E amanhã também falarei sobre o requerimento que estou encaminhando ao Sr. Secretário de Esportes e Cultura, sugerindo a criação de um sistema de financiamento ao produtor teatral do Paraná, visando abertura do mercado para o artista paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao sexto e último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Oportuna e inteligentemente, foi a presença do Deputado João Elísio Ferraz de Campos, no início do Pequeno Expediente, quando disse S. Ex.^a de que deveria ser extensivo também além do Presidente do IBC, ao Sr. Diretor de Comercialização Sr. Chindler e ao Sr. Ministro de Indústria e Comércio, as medidas altamente benéficas tomadas por aquela autarquia, na semana passada no que diz respeito à Resolução 16/79.

E sabe muito bem, o Sr. Deputado João Elísio Ferraz de Campos, da simpatia e do respeito que temos por ele, é claro, é evidente que toda e qualquer iniciativa tomada por S. Ex.^a em defesa dos interesses do povo de Paranaguá, é por nós enaltecida e cumprimentada.

Hoje fomos surpreendidos com um Editorial de grande importância para o povo do Litoral, notadamente Paranaguá e Antonina. É o editorial da página política da "Gazeta do Povo", que nos chamou a atenção, inclusive pelo fato de ter sido este jornal, nos últimos tempos, um dos baluartes dos problemas

pertinentes à Paranaguá e à toda a região litorânea.

Este editorial versa sobre a Resolução hoje tão famosa e recebida com júbilo pelo povo de Paranaguá, pelos interesses que ela desperta naquela cidade e pelos benefícios que, com certeza, irá levar ao povo daquela comuna.

Nós estamos pedindo a transcrição, nos Anais da Casa, deste editorial, pela sua importância e, o conteúdo, reveste-se de enorme significado para o povo de Paranaguá, que na sua maioria vive em decorrência das exportações que se fazem sentir por nosso Porto, e principalmente do café que traz mais divisas ao nosso País e dá mais rentabilidade aos operários, aos trabalhadores daquela cidade.

Diz o seguinte o editorial da "Gazeta do Povo":

"Vamos exportar café por Paranaguá". É o seu título.

(Lê): "Foi nos idos de 1947, que Gazeta do Povo pela primeira vez, em suas páginas, retratou o episódio econômico do qual ainda nem tínhamos a exata dimensão de sua importância. Paranaguá exportava, naquele ano, um milhão de sacas de café e, naquela oportunidade, dizíamos numa premonição, que depois se confirmou, que nosso Estado haveria de conquistar a hegemonia da produção cafeeira no Brasil, superando São Paulo.

Os anos passaram-se e, com eles, veio a confirmação desta previsão. Mas enquanto se faziam esforços, visando a ampliar o Porto de Paranaguá e lutava-se para sua construção, para a construção da Rodovia do Café, tentando-se ainda abrir uma frente de combate em favor de soluções rodoferrviárias para o trecho Curitiba-Porto, — já que nesta área se afunila a malha de transportes do Paraná, sentimos a necessidade de exprimir, por nossas comunas, o grito de advertência que o Paraná não poderia ficar apenas na euforia de ser o maior produtor de café do Brasil. Impunha-se a conquista de liderança de comercialização cafeeira no País, que ainda estava com os paulistas, principalmente na tradição comercial da Praça de Santos.

Em função de um complexo de fatores, o Paraná ficou apenas na puberdade de seu crescimento político-econômico, ao longo de tantos anos. Santos continuou sendo a realidade de comando deste quadro de Paranaguá, que multiplicara enormemente seus espaços para o recebimento do café do Interior, jazeu às moscas num marasmo que urrava o contra-senso de sermos um Estado fortemente produtor da rubiácea, mas estiolado no seu processo de comercialização.

Agora, com tiros ao ar e muita alegria, estamos saudando a Resolução 16/79, que o Instituto Brasileiro do Café baixou pela via da qual se elevou de três para cinco centavos por libra-peso, o diferencial de registro para exportação de café tipo 6 e 7, por Paranaguá. Afastando-se do tecnicismo tão complicado do universo da comercialização cafeeira brasileira e mundial, isto quer dizer, para os leigos no assunto, que o nosso principal Porto marítimo paranaense terá condições de exportar mais café.

Se vamos exportar mais café, significa dizer que haverá maior mercado de trabalho na velha praça paranguara, com natural euforia para os trabalhadores, e para todos os que ainda permanecem no mundo do comércio de café de nosso Estado.

Cabem aqui, duas perguntas, — diz o editorial, por que razão somente agora isto foi possível?" Nós, data vênica, respondemos a esta indagação da "Gazeta do Povo". Interesses expúrios da administração anterior, do Sr. Calazans, que por razões inconfessáveis, não queria dar este mérito a Paranaguá. Hoje, graças a astúcia, inteligência e habilidade do Sr. RAINHO atual Presidente do IBC, veio reparar esta injustiça clamorosa cometida contra o Porto de Paranaguá, através do Sr. Calazans, que não nos trás recordações alguma.

Então é esta a forma como eu respondo a indagação feita no editorial, da "Gazeta do Povo", quando pergunta: "Por que

razão somente agora isto foi possível?" Esta é a resposta pela qual nos responsabilizamos.

Segunda indagação: "E por que razão, ainda não são tomadas medidas, no sentido de dar a Antonina condições para que também exporte café, como já se conseguiu outrora, inclusive em campanha que "Gazeta do Povo" liderou na Imprensa, na época em que teve, na voz do então Deputado Federal, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, um dos grandes baluartes?"

Outra razões que não nos compete afirmar-neste momento, fizeram com que Antonina fosse esquecida, quando podia muito bem ser movimentado aquele Porto. O antoninense, o capelista é gente, é paranaense, é brasileiro, precisa resurgir daquele marasmo. Eu entendo que existem condições para que Antonina também exporte café, dragando o seu Porto, o Canal de Acesso, dando condições de navegação para os navios que querem aportar em Antonina, tenham condições excelentes aquela cidade de oferecer o seu Porto também para dar vasão às próximas safras de café, que deverão ser excelentes.

E termina, o editorial, dizendo o seguinte: "Deixamos somente essas perguntas, para que nossos leitores pensem conosco como temos que lutar muito ainda para deixar para traz a simples condição de Estado produtor, para alcançar num plano de maioria econômica e política, outros estágios, que sistematicamente nos têm sido negados, entravando assim o pleno desenvolvimento de nossa realidade."

É esse o editorial que nós, através de um requerimento, submetemos à apreciação dos Srs. Deputados, para que, esta Casa de Leis vote conosco, permitindo que ele seja inscrito nos Anais da nossa Casa.

Temos excelentes razões para cumprimentarmos este jornal. Sempre na vanguarda dos acontecimentos políticos e econômicos que versam sobre a cidade de Paranaguá e região litorânea. E hoje, cumprimentamos este jornal na certeza de que, sempre estaremos "pari passu" acompanhando o desenrolar desses acontecimentos, e jamais nos afastaremos desta pugna, desta luta, porque entendemos que é um dever sacrossanto do político que milita em sua terra, que faz política pela sua gente. De não nos afastarmos em momento algum, desse problema de tanta importância para o Porto de Paranaguá, qual seja, reativar as exportações de café para o nosso Porto, dando condições para que Paranaguá tenha, como de fato teve, através do Sr. Rainho, um fato marcante, fazendo justiça que não soube fazer o Sr. Calazans, de quem temos a pior lembrança, porque foi uma passagem negra por aquela autarquia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Torno aqui a esta tribuna, mais uma vez, com uma preocupação que já caracterizou o nosso mandato aqui nesta Casa: é a fase negra, sombria, pela qual atravessa o Município de Medianeira, sob o mando de um homem, que abusa do poder, sob o comando do tráfico de influências que está nesta ocasião, nestes últimos dias, colhendo mais uma de suas vítimas.

Refiro-me ao afastamento do Vereador do MDB, Sr. Adolfo Mariano da Costa. Adolfo Mariano foi afastado de seu cargo, sob os interesses expúrios de um mandatário. E aqui estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para desta tribuna, deixar o nosso voto de solidariedade ao Sr. Vereador Dr. Adolfo Mariano da Costa, de Medianeira, bem como expressar um voto de repúdio pela posição arbitrária votada pela Câmara Municipal dessa cidade, que afastou-o do cargo, isso na noite de quinta-feira próxima passada.

Tal atitude vem provocar revolta não somente a este

Deputado, mas aos demais integrantes de minha bancada, nesta Casa, pois a mesma ocorreu de forma arbitrária, infringindo a própria lei.

O Vereador Peri Becker Bueno, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, ao tomar conhecimento de tal medida abusiva, enviou ofício ao ilustríssimo Sr. Presidente do Legislativo de Medianeira, formulando seu espanto e decepção, diante da citada atitude, que atendeu a solicitação através de ofício do Executivo Municipal, citando o Ilustríssimo Sr. Presidente do Legislativo santalenense que aquela casa de leis ficou abalada com a notícia da suspensão do mandato do Vereador Adolfo Mariano da Costa, onde alega-se falta de decoro na sua conduta pública.

O Sr. Mariano da Costa, Vereador que aqui nesta Casa já foi espeznhado, Vereador que nesta Casa, recebeu acusação de estar defendendo um dos homens mais corruptos daquela cidade de Medianeira, o ex-Tesoureiro do Município de Medianeira.

Mas, o seu acusador faltou com a verdade, porque trago aqui comigo documentos que provam que ele mesmo, ao ser indicado pelo juiz, naquela época, se negou a fazer a defesa de corruptos, porque ele era o autor, dentro da Câmara de Vereadores, de acusação daquela corrupção.

Mas, hoje, Sr. Adolfo Mariano da Costa, Vereador de Medianeira, depois de ser asfatado, recebeu apoio, inclusive do Presidente do Legislativo de Santa Helena. Este afirmou, ainda, que aquela autoridade, que, com a presente manifestação, declara que a conduta do Vereador atingido em todo o transcurso da reunião em Santa Helena, reunião da AFRONT "foi de toda lisura, respeito às normas estabelecidas e à ética funcional". "Em momento algum, diz aquela autoridade de Santa Helena, "esse Sr. Vereador faltou com o decoro nem mesmo com a elegância, que aliás é própria da sua personalidade".

A verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Prefeito, ou melhor, o já conhecido por esta Casa, donatário Sr. Luís Bonatto, através de ofício dirigido à Câmara Municipal, pediu a apreciação de denúncia contra o Vereador Adolfo Mariano da Costa, do MDB, pelo artigo 7.º, do inciso 3.º, por falta de decoro na sua conduta pública.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Vereador de Medianeira participava da reunião da AFRONT, da qual é membro, e num local onde eram discutidos assuntos diferentes à necessidade da realização de eleições diretas nos Municípios de área de Segurança Nacional de faixa de fronteira, falou com liberdade de expressão, como também falaram os demais Vereadores de Deputados presentes àquela reunião.

Mas, o donatário de Medianeira, baseando-se numa simples nota divulgada pelo Jornal "O Paraná", na edição do dia 8 de abril de 1979, para agir como agiu, e, aliás, volto a repetir, agiram arbitrariamente. Enquanto isso o jornal "Hoje Foz", publicou a mesma matéria; somente com o título "Dr. Adolfo pede eleições diretas na faixa de fronteira". Edição esta anterior, e que foi apreendida por ordem judicial, e que recebeu de nossa parte uma voz de protesto. E esta matéria, publicada naquele jornal apreendido que deixou de circular, estava mais próximo com a veracidade das declarações daquele Vereador.

Sem embargo, prende-se um jornal que fala a verdade, e comenta-se um jornal que se transformou numa verdadeira máquina de mentira para acobertar as corrupções existentes naquele município.

Na oportunidade estavam também presentes alguns Senhores Deputados e este que vos fala também estava presente, e estes não entenderam tal pronunciamento, nem os demais Vereadores, Presidentes das Câmaras Municipais, como entendeu o donatário de Medianeira, Sr. Luiz Bonatto.

Esse mesmo jornal que publicou tal matéria que serviu de

base ao donatário Sr. Luiz Bonatto, para solicitar a apreciação da denúncia contra o Vereador Adolfo Mariano da Costa, publicou que o Presidente da Câmara Municipal de Capanema fez pronunciamento tal, quando, na verdade, aquela autoridade de Capanema nem estava presente à reunião!

Vejam como anda desinformado esse jornal!

Na verdade, o jornal confundiu o nome do orador, que era Vereador de Capanema, o Tesoureiro da AFRONT, com o Presidente daquela Casa de Leis, dizendo, nessa mesma matéria, que esse disse o que na verdade não havia dito. Pois nem compareceu à reunião.

Mas, para o pessoal do citado jornal, isso aconteceu. Como entende ter acontecido distorções na publicação do pronunciamento do Sr. Vereador prejudicado.

Segundo o Decreto Lei n.º 201/67, Artigo 4.º, Inciso 1.º:

"Impedir funcionamento regular da Câmara é proibido".

Mas, o donatário de Medianeira o faz!

Inciso 2.º:

"Impedir o exame de livros" é proibido, segundo a Lei.

Isso porém, é feito pelo Sr. donatário, onde as portas da Prefeitura são fechadas para os Vereadores do MDB.

Inciso 3.º:

"Desatender convocações ou pedidos de informações", é proibido por Lei.

O donatário simplesmente não dá explicações aos pedidos de informações do MDB.

Inciso 4.º:

"Descumprir orçamento para o exercício financeiro", é também proibido por lei.

Isso porém, o donatário Luiz Bonatto faz constantemente.

Ainda, constante do Artigo 4.º, do Decreto Lei n.º 201/67, item 9.º:

"Ausentar-se do Município da Prefeitura, sem a devida licença", é proibido.

Ele, o donatário do Município de Medianeira, o faz!

Diga-se, também de passagem, que o item 10º, do mesmo decreto lei, também carece de cumprimento do donatário Sr. Luiz Bonatto, de Medianeira.

Artigo 1.º, item 3.º, do mesmo decreto lei:

"Desviar, ou aplicar indevidamente, em proveito próprio ou alheio, rendas ou serviços públicos", é proibido. Porém, ele, conforme provas que temos aqui, o faz. Descumprindo assim, mais um dos vários itens em que se oferece base para solicitar o afastamento do cargo que ocupa, tanto vereadores como prefeitos, isso vem acontecer inversamente quando se quer afastar aquele que acusa, que denuncia.

A tramitação do processo que afastou o Vereador Adolfo Mariano da Costa, naquela ocasião foi feita a leitura do expediente, onde o Sr. Presidente da Câmara de Medianeira convocou o Delegado de Polícia em exercício, para participar do julgamento.

Juntamente com aquele Delegado de Polícia, adentraram ao recinto, para participar dos trabalhos de julgamento do afastamento do Vereador, o Chefe do Departamento de Máquinas daquela municipalidade, outros funcionários da Prefeitura e outras pessoas não ligadas à Prefeitura, ou mesmo a Câmara de Vereadores, como que servindo de tropa de choque não fardada, para coação. O Delegado de Polícia, substituto "calças curtas", Samuel de Moura, para agradar as autoridades detentoras do mando político, e donas do palácio das irregularidades, se colocou a menos de um metro e meio de distância do Vereador Cutelli, que, diante do Delegado substituto, "calças curtas" pediu e suplicou: "Nós temos que aprovar esta denúncia, somos obrigados a aprovar, para que a paz volte a esta Casa, ou melhor, para que tudo termine

bem nesta Casa".

A sessão de julgamento do pedido enviado pelo Executivo ao Legislativo, processou-se num clima de tensão e coação a toda prova. E dentro da irregularidade, de infrações ao próprio Regimento Interno.

Aprovado o pedido, foi lida a resolução legislativa, afastando o vereador Adolfo Mariano da Costa de seu cargo, e convocando o 1.º Suplente, Vereador Avelino Moras.

Lidos os trabalhos, o Presidente da Câmara de Medianeira, Orlando Kilcant, numa atitude de provocação, dirigiu-se ao Vereador afastado de seu mandato, e disse-lhe que "não apelasse para as cores partidárias, porque, com eles, o negócio é assim que funciona".

Num só ato se prejudga, se condena e se cassa, e se afasta do cargo; num só ato se julga um ato que deveria tramitar pela justiça, normalmente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tal acontecimento é um absurdo, pois passou por cima do Regimento Interno ou do decreto-lei. Não podemos nos calar diante de tais aberrações, principalmente quando quem pratica tais aberrações, é uma autoridade executiva de um município, acusada, isto sim, de promover irregularidades administrativas, sem que a lei seja acionada.

Lembro aqui de uma passagem de um pronunciamento do Sr. Senador Paulo Brossard, quando dizia: "todos são iguais perante a Lei, porém, alguns parecem ser mais iguais que os outros."

Parece que temos aqui, o caso de alguém que é mais igual que os outros.

Se acaso não merecerem crédito estas denúncias que aqui são feitas, vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem é o administrador Luiz Bonatto:

Em 1971, teve início o processo desenvolvimentista de corrupção administrativa, quando a Prefeitura Municipal expediu alvará de licença para táxis, cujo proprietário, beneficiado com tal expedição, nunca possuiu táxi naquele município. Está aqui o alvará. Nem sequer tomou conhecimento deste alvará.

A mesma administração municipal, através do Departamento, promove desvios de verbas, irregularmente. Carnes, para festas de funcionários e de politicagens, eram pagas com verbas da assistência social da Prefeitura. A festividade realizada no dia 1.º de maio de 1978, teve uma grande despesa com compra de carnes e, estas despesas foram cobertas com desvios de verbas da assistência social, em cujas notas constam, como indigente a esposa de cidadão de bem, da sociedade de Medianeira.

As notas n.ºs 2.704, 27.039 e 131, onde consta que, determinada quantia em dinheiro era destinada a um certo indigente, quando na verdade, tal expediente era usado para saldar a dívida adquirida pela Prefeitura, na promoção de festividades particulares, funcionais e mesmo de outras origens.

Com base alegada em falta de decoro na sua conduta pública, o Sr. Vereador Adolfo Mariano da Costa foi afastado do seu mandato, por solicitação do Poder Executivo, que concede tais barbaridades! Mas este mesmo Poder, se compõe de elementos que por exemplo, acumulam dezesseis funções: Presidente da Câmara Municipal, Presidente do Diretório Municipal da ARENA, e chega até mesmo a passar cheque sem fundos.

Cerca-se a atual administração pública de Medianeira, não só de um administrador, mas de vários administradores que assinam ao bel prazer, recibos, à empresas de ônibus, referentes a pagamento de taxas de acesso à plataforma. Como aqui temos, vários administradores, assinando, o que deveria ser feito por apenas um administrador.

Como se pode classificar uma administração municipal de área de segurança nacional cujo donatário promove a malver-

sação de fundos?

Luiz Bonatto, através de Projeto de Lei que levou o n.º 10/78, abriu crédito adicional no valor de duzentos mil cruzeiros, para a cobertura das despesas que ocorreriam quando da realização, na sede municipal, da I Feira de Suinocultura, nos dias 27 e 28 de maio de 1978, quando na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nessa mesma época estava em efervescência a problemática da peste suína africana em nosso Estado e, quando na verdade, tal Feira não se realizou, a edificação do "stand" para a realização da citada Feira está até hoje lá, abandonada, mas que custou duzentos mil cruzeiros, quando na verdade, a citada construção não poderia ocorrer no local onde foi construída, pois pelo Código de Postura do Município, a construção ou "stands", ou ainda mesmo o denominado popularmente como "ovni", ou seja, "objeto voador não identificado", localiza-se ao lado praticamente da Delegacia de Polícia e a menos de quinhentos metros do Fórum e ainda, dentro do perímetro urbano. O que não é permitido pelo Código de Postura Municipal.

Quando adquire-se uma máquina varredora mecânica, de uma firma que recebe procuração de caráter irrevogável e irretroatável aplicando nessa aquisição dinheiro público e uma semana após tal compra, a varredora deixa de ser utilizada por problemas técnicos ou mesmo mecânicos, não atendendo, portanto, aos objetivos de sua aquisição, os gastos ali realizados. O Sr. Nestor Baptista — Deputado, concede-me um aparte?

(Assentimento). — Serei bastante breve, Deputado Gernote Kirinus, apenas para dizer que a impressão que a gente tem, é que o Prefeito que acaba de renunciar, em Umuarama, deve ter tomado Medianeira como modelo administrativo. Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Muito obrigado Sr. Deputado pelo seu aparte e inclusive: gostaria de adicionar ainda, dizendo de que essa situação de Medianeira é apenas um exemplo, uma amostra grátis do que acontece nessa nossa querida faixa de fronteira.

"Irregularidades e mais irregularidades são cometidas na administração de Medianeira, sem que a lei tenha se pronunciado até o momento, inclusive pratica-se ali estorno financeiro oficial. Houve um empréstimo real da Banestado Financeira, à Prefeitura, isto em janeiro de 1976.

As prestações de contas dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril não foram enviadas ao Tribunal de Contas, devido a um incêndio que destruiu o prédio onde funcionava a Prefeitura, incêndio esse ao qual já nos referimos.

Em 1977 a bancada do MDB levantou o problema das prestações de contas da municipalidade. Em 1977 ainda, a Prefeitura requereu baixa da dívida à qual já havia sido paga em agosto, portanto, liquidando o exercício.

Mas o chamado extorno oficial aconteceu e segundo informações de contabilidade, passou a valer exatamente o dobro, perto de um milhão e seiscentos mil cruzeiros. E as irregularidades continuam a saltar aos olhos de muita gente. De gente de consciência honesta que não pode admitir isso, mas o Senhor donatário também continua recebendo defesas, sendo chamado de bom, de honesto, de homem quase santo, de homem interessado na coisa pública, e o barco vai sendo empurrado pelos interessados na continuidade do donatário, em sua capitania no posto de comando absoluto".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao encerrar meu pronunciamento, deixo claro o meu voto de repúdio a tal situação que se verifica em nosso Estado, quando um representante do povo é espezinhado, provocado e até mesmo zombado por homens acusados de corrupção e acusações baseadas em provas como estas que trouxe aqui hoje, e continuem merecer a confiança do chefe do Governo estadual, que tanto tem dito estar ao lado do homem, do trabalhador, de estar preocupado com o homem do interior.

O Sr. Nilton Friedrich — Permite-me um aparte, Sr. Deputado? (Assentimento). — Acabamos de chegar do Oeste do Paraná e viemos, felizmente, em tempo de ainda nos propor a um adendo a esse seu pronunciamento.

No dia de ontem, estivemos em contato com o Vereador em referência, afastado de uma maneira um tanto quanto bruta e principalmente sem uma fundamentação jurídica adequada, no nosso entender. Mas, ilustre Deputado, o Dr. Adolfo Mariano da Costa, há quase quinze anos lutando no Oeste do Paraná, quando aquela região ainda enfrentava todos os tipos de agressividade, desde a sua iniciação colonial até os problemas de ordem possessória, esse homem conseguiu durante todo esse tempo, em sua atividade profissional, social, pessoal e política, uma colocação impar e sem qualquer aspecto que viesse a prejudicá-lo.

Eis, que agora, de repente, o ilustre Vereador de Medianeira vem sofrer uma infração político-administrativa, tendo por embasamento um pronunciamento que fizera no dia 7 de abril, em Santa Helena, numa reunião da AFRONT - Associação dos Vereadores da Faixa de Fronteira. E, eis que para surpresa de qualquer jurista, para surpresa de qualquer homem público, se alega falta de decoro parlamentar para tirá-lo do cargo pelo período de noventa dias e as providências seguintes que, dizem, serão tomadas.

Mas, o que nos chama a atenção, inclusive, é que mesmo no dia em que houve esse processo administrativo de uma celeridade impar na história possivelmente dos processos administrativos no Paraná, e que fora convidado o próprio Delegado de Polícia para acompanhar, na Câmara de Vereadores, o desenrolar daqueles tristes acontecimentos. Mas, como tudo é possível na faixa de fronteira, me permito abusar um pouco da minha imaginação e acho, ilustre Deputado, que está havendo inclusive, uma conexão dos fatos que estão ocorrendo ultimamente na Região Oeste do Paraná - ontem, aprendia-se o Jornal "HOJE", independente; anteontem, fazia-se pressão em cima de Vereadores da AFRONT; há poucos dias, fazia-se pressão em cima dos movimentos dos agricultores que, num grito de independência, exigiam melhor indenização de Itaipu; há poucos dias, fazia-se apelo, pressão em cima dos agricultores que exigiam, em Santa Helena e Medianeira, uma solução para as Notas Promissórias Rurais. Hoje é o Vereador Adolfo; amanhã não sabemos o que acontecerá.

É hora das autoridades deste País e principalmente deste Estado, observarem que nós também estamos vigilantes e entendemos que, efetivamente, há uma conexão entre tudo isso e nós não podemos permitir e, aqui de público, deixo a Vossa Excelência o nosso apoio pela coragem de trazer esses dados e fazer essas importantes denúncias. O Prefeito Luiz Bonatto de Medianeira, considerado donatário daquele município e que tem inclusive a capacidade de possuir inúmeros outros cargos até pouco tempo - dirigente da Cooperativa local e seu filho sub-gerente da mesma Cooperativa.

Muito obrigado Sr. Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Muito obrigado pelo aparte do Deputado Nilton Friedrich que veio, juntamente, corroborar e enriquecer este nosso pronunciamento e esta nossa preocupação.

Espero...

Pois não, permito o aparte.

O Sr. Adalberto Daros — Sr. Deputado Gernote Kirinus.

Ouvi com atenção o que Vossa Excelência traz à tribuna e vejo que há muito tem trabalhado, tem pesquisado, em função do que existe, naquele município, área de segurança. Vi e escutei com atenção hoje, as barbaridades trazidas por Vossa Excelência inclusive com documentos comprovando corrupção.

E meu caro Deputado, apesar de estar estraçalhada, apesar de ter sido maculada, ainda pego nas minhas mãos a

cartilha do Estado, que nós chamamos ainda de Constituição e vejo nesta cartilha do Estado, artigos que se referem a atribuições da Assembléia Legislativa. E no artigo 22, desta cartilha, inciso 8.º, diz exatamente: "Aprovar ou suspender a intervenção estadual dos municípios".

Talvez esteja errado, porque neste País existe um emaranhado de leis que não se entende quase que mais nada, mas entendo que dentro desta cartilha que ainda é a nossa Constituição, Vossa Excelência com o meu apoio e acredito que com o apoio da bancada do nosso Partido, o MDB, poderá tentar a que esta Assembléia Legislativa através de documentos que Vossa Excelência tem, mostrar ao Paraná e mostrar aos homens que hoje com grilhões prendem a nacionalidade brasileira, poderá mostrar pedindo meu caro Deputado, por razões colocadas por Vossa Excelência, por documentos trazidos a esta Casa, a intervenção naquele município e que evidentemente poderá ser colocado através desta cartilha ainda, através do seu artigo 118, quando dizem: "Se forem praticados na administração municipal atos subversivos, a que estamos acostumados, ou de corrupção".

Razão pela qual encerro esta minha manifestação, dizendo a Vossa Excelência, que está de parabéns com a coragem e a altivez de ter trazido a este Parlamento denúncias desta natureza, para que se possa comprovar aqui neste Poder que é tomado pelo Executivo, é verdade, trazer aqui dados como este, mostrar a esta Assembléia que tem do outro lado a maioria, é verdade, que tem do outro lado um padrinho, é verdade, mas que não importa meu caro Deputado. O importante é que continuemos a fazer como Vossa Excelência está a fazer. Meus parabéns.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado, meu caro Deputado. (TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento. Entretanto, consulta a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se lhe cede o horário que lhe é reservado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e concede cinco minutos dentro do horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, estando portanto encerrado o Grande Expediente.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradeço a sugestão do Sr. Deputado Daros, que vem inclusive ao encontro do anseio daquele povo. O que nós esperamos é que a verdade surja o mais rápido possível e que peças improdutivas sejam trocadas por peças novas e não viciadas numa série de irregularidades, como irregular são essas nomeações biônicas.

Este foi o desejo manifestado na reunião da AFRONT por todos os Vereadores; e como bem disse o Sr. Deputado Nelton Friedrich, talvez em função deste anseio manifestado publicamente numa reunião, numa Associação de Vereadores, talvez por causa disso agora estejamos sofrendo as consequências do arbítrio, as consequências das pressões daqueles que não querem a mudança, que querem o continuísmo.

Encerro também lembrando que o Presidente da AFRONT - Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira, Sr. Helmut Krugel, anunciou a decisão de enviar documento às autoridades competentes, para que seja efetuada uma CPI, a fim de apurar as irregularidades existentes na região compreendida na Área de Segurança Nacional, onde os prefeitos são nomeados.

Aqui vejo eu, que é dever nosso aderir a esse desejo do povo, seja através de uma Comissão Especial ou de uma CPI. E que a Casa considere e veja se é possível a constituição de uma CPI que está se tornando urgente.

Portanto, as denúncias não são meras coincidências, as denúncias de politicagem ou de uma mentalidade insana, é

preciso que se termine com essa vergonha biônica, de incapazes e mal intencionados serem indicados para administrar municípios, onde o povo, este sim, deve indicar os seus representantes através do voto, e não submeter-se por décadas, ao comando incompetente de representantes do governo, junto ao povo.

Quando o que queremos na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é representantes do povo junto ao Governo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário reservado ao MDB, consulto à Liderança qual dos Srs. Deputados usará da tribuna.

O SR. DARCY DEITOS — Declinado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Tendo declinado, consulto dentro do horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Florivaldo Palácios.

O SR. FLORIVALDO PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A área social constitui prioridade para o Governador Ney Braga. A linha mestra dos pronunciamentos do Governador desde os primeiros instantes é o homem.

Uma das classes que diretamente colabora na administração do Estado e consequentemente na construção do Paraná é a dos servidores públicos.

O Estado procura amparar seus colaboradores diretos que através da assistência médica, assistência previdenciária, pensões e pecúlios e ainda mediante aplicação de recursos aos seus associados, através do IPE.

Centraliza hoje, aquele órgão, cerca de setenta mil segurados, dos quais quase a metade encontra-se no interior paranaense.

Todos os serviços administrativos acham-se na Capital e por esta razão, há morosidade na tramitação dos processos segurados.

Uma das medidas que julgamos das mais eficientes, como já o fizeram outros órgãos estatais, como é o caso da Secretaria da Agricultura, seria a regionalização, pelo menos dos principais atendimentos dos servidores públicos.

Já há expediência válida no setor de microregionalização no setor municipalista. Os municípios buscam estudar seus problemas e procurar soluções para os mesmos a nível regional.

Este sistema tem propiciado resultados positivos.

A volta do governo para o setor humanitário, para o campo social, é uma das mais auspiciosas notícias que ouvimos, já no alvorecer do novo governo estadual. Esta atenção prioritariamente deve voltar-se para os seus auxiliares mais diretos, para aqueles servidores que constroem a grandeza do Estado.

Represento uma região do Estado que possui um considerável número de funcionários, todos radicados no Norte Pioneiro, que tem na cidade de Jacarezinho a sua cidade polo.

São aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentos) servidores que compõem a região do Norte Pioneiro.

Com vistas voltadas aos servidores do Norte Pioneiro é que venho propor ao Governo do Estado que os serviços do IPE sejam descentralizados e que seja instalada uma sede regional na cidade de Jacarezinho.

Atualmente existe na cidade de Jacarezinho uma agência, como aliás em outros polos do Estado.

Todavia, os processos tanto do setor assistencial como previdenciário dependem da Capital e as agências ou os seus responsáveis, atem-se à expedição de guias e encaminhá-las à Sede Central do IPE.

Isto torna o atendimento aos associados daquela região, um tanto moroso em detrimento dos servidores do Estado do Paraná.

Isto só poderá ser solucionado se o atendimento do IPE for descentralizado e interiorizado. Creio que uma sede regional

em Jacarezinho seria uma solução para agilizar o atendimento àqueles três mil e quinhentos servidores.

Este sistema de regionalizar, descentralizar e dar maior flexibilidade ao IPE, em nosso entendimento, seria a mais eficiente forma de ir ao encontro do servidor.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte, Sr. Deputado? (Assentimento).

Estou acompanhando atentamente o belo pronunciamento que Vossa Excelência faz desta tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Confesso a Vossa Excelência que já tinha, a seu respeito, a melhor das impressões, pelo seu passado de liderança política estudantil e pelo seu comprovado dinamismo a frente de órgãos governamentais na região que Vossa Excelência representa nesta Casa.

Hoje, sinto-me feliz em poder apartear-lo, para congratular-me com o tema que Vossa Excelência aborda. Vossa Excelência solicita providências do Governo do Estado, órgão que congrega o funcionalismo estadual, possa ser descentralizado, com atuação em todos os municípios, das mais diversas regiões do Estado; com a criação de agências regionais do IPE, para as sedes das micro-regiões.

Todos nós sabemos das dificuldades, especialmente aqueles Deputados que se elegeram pelos rincões do Interior do Paraná, das dificuldades que o funcionalismo público estadual tem para receber as prestações dos serviços do IPE. E a fórmula de resolver, é exatamente a que Vossa Excelência hoje indica.

Conhecendo como conheço o atual Superintendente do IPE, Dr. Nelson Jorge, homem de comprovada eficiência administrativa e conhecendo o Governador Ney Braga, especialmente porque sei o que o homem é objeto principal do plano governamental de Sua Excelência, o Governador Ney Braga, tenho a certeza de que o seu pleito haverá de ser atendido para satisfação do funcionalismo público do Paraná.

Meus parabéns a Vossa Excelência, pela oportunidade do tema e pelo brilhantismo de suas palavras.

O SR. FLORIVALDO PALÁCIOS — Muito obrigado, Sr. Deputado e agradeço as referências à minha pessoa.

Chamo a atenção dos demais Srs. Deputados do Interior porque nós pertencemos também à classe de funcionários públicos, sempre vimos os processos com a morosidade bastante grande, quando até não se perdiam os papéis ou os processos encaminhados. E, muitas vezes, os próprios funcionários se viam obrigados a se dirigir à Capital, efetuando mesmo, despesas que, certamente fariam falta já no seu salário mensal.

Porque é do conhecimento de todos que temos, hoje, no funcionalismo público, um vencimento a quem daquilo que desejávamos: que fosse. E, além do mais, por uma determinação de governos anteriores, os funcionários quando necessitavam de uma licença, teriam que se dirigir à Capital, quando a mesma excedesse a quinze dias. E com a extensão desse benefício, ou com a descentralização desses serviços, eles poderiam ser atendidos mais prontamente, impedindo até que os mesmos deixassem de faltar o serviço, para tratar de seus direitos e passassem a produzir mais, e além de poupar tempo, em ter despesas com viagens, propiciaria uma atenção mais pronta, mais eficaz e mais humana; com este propósito, estamos encaminhando um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, um veemente apelo, para que determine estudos nesse sentido, e que seria uma destas medidas concretas, de sua filosofia de Governo, que visa a atenção total para o homem e em especial daquele diretamente vinculado ao setor administrativo estadual.

E por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho o seguinte requerimento: —(Lê)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, REQUER seja enviado: um veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que instale uma sede regional do IPE em Jacarezinho, descentralizando os serviços de Assistência e Previdência do IPE.

Requer, outrossim, que ao presente apelo seja apenso o pronunciamento sobre a matéria, feita em Plenário desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) PALÁCIOS.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Meu caro Deputado Florivaldo Palácios,

meu amigo, quero preliminarmente, me congratular com Vossa Excelência, quando pede a Sua Excelência o Sr. Governador, para que instale uma sede Regional do IPE em Jacarezinho.

Coisa do Governo - e eu chamaria coisa, porque conheço bem; que vem funcionando como um órgão qualquer da Administração Estadual.

Quero apenas, meu caro Deputado Florivaldo Palácios, contestar o seu pronunciamento, por uma frase dita por Vossa Excelência: Vossa Excelência começou dizendo, que o Governador Ney Braga antes de mais nada, a sua meta é o homem. E quase que concluiu, repetindo a mesma coisa.

Eu talvez deva entender, que foi programa de Governo, que acabei de colocar, a semana retrazada nesta Casa, no que diz respeito à cultura, à educação e à saúde, uma série de aspectos, colocados inclusive, numa cartilha que o Governador editou.

Todavia, não consegui entender uma coisa, meu caro Deputado, quando Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, que começou a sua carreira política, como Prefeito desta Cidade de Curitiba, onde estamos, negar - e aí peço até desculpas a Vossa Excelência, que nesta oportunidade viro a cento e oitenta graus, o seu requerimento, que acho louvável, negar a eleição direta, para Prefeitos de Capitais. Quando vai aos jornais e diz que aceita e que deve ser, a eleição do Prefeito de Curitiba, nomeado; porque o Prefeito de Curitiba, deve ser indicado, por nomeação do Governador; razão pela qual, peço desculpas a Vossa Excelência mas não poderia, deixar de passar a oportunidade, para contestar, e dizer que a meta do Governador, na verdade, não é o homem, porque o homem deve escolher o seu representante livremente. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. FLORIVALDO PALÁCIOS — Agradeço o aparte do

Sr. Deputado Daros e devo dizer que nas diretrizes globais do Governo Ney Braga, ele coloca o homem como meta principal. E, evidentemente, para que nós possamos colher os frutos e possamos ver o resultado de seu trabalho, e saber se realmente suas metas serão atingidas, mas isto demandaria um certo tempo. E não seria apenas em praticamente um mês de mandato, ou quarenta e cinco dias, aproximadamente, que essas metas seriam atingidas, porque mesmo elas foram planejadas e são colocadas para serem atingidas nos quatro anos de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Sr. Deputado que se encontra na tribuna, que lhe resta um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O Sr. Adalberto Daros — Se Vossa Excelência permite um aparte, apenas dez segundos?

O SR. FLORIVALDO PALÁCIOS — Meio Minuto.

O Sr. Adalberto Daros — Exato. Apenas para dizer a Vossa Excelência que não estou a contestar a forma de como o Sr. Governador Ney Braga vem agindo com relação à administração do Estado. Porque acredito - e bem disse desta tribuna, que não há o que se contestar ainda, porque o Governador nem sequer assentou o pó; apenas a minha primeira contestação é política; no que diz respeito à eleição apolítica,

propriamente dita.

Por aí Vossa Excelência há de entender de como será a minha conduta nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte Sr. Deputado? (Assentimento).

Só para discordar do Sr. Deputado Adalberto Daros. Vossa Excelência está fazendo um pronunciamento hoje com relação ao funcionalismo. O Governador Ney Braga, apesar dos poucos dias de exercício de mandato de Governador do Estado, já tomou inúmeras medidas que beneficiam o funcionalismo público estadual, especialmente a laboriosa classe dos professores.

Com relação ao problema de eleição para Prefeito de Curitiba, o Governador Ney Braga analisa o problema numa circunstância histórica, que todos nós estamos vivendo. Não se trata de posicionamento contrário do Governador Ney Braga a eleições diretas; pelo contrário, Sua Excelência sempre foi um vencedor de eleições diretas. Jamais o Governador Ney Braga perdeu uma eleição em Curitiba, ou no Paraná. Sempre que foi candidato, foi vitorioso em todos os pleitos.

Portanto, o Excelentíssimo Senhor Ney Braga, que está acostumado ao fragor das campanhas eleitorais, não pode e não é contra eleições diretas. O que Sua Excelência afirmou, foi com relação ao episódio que se encontra dentro do contexto histórico do País, e foi encontrar um excelente administrador para Curitiba, que inclusive o próprio MDB não desconhece os méritos do atual Prefeito de Curitiba, Sr. Jaime Lerner, que tenho certeza, que se houvesse uma eleição direta, seria o vencedor em Curitiba.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, só para concluir, agradeço os apartes e devo dizer, que exemplos como esses, e uma vez concretizados, acredito que os demais órgãos do Estado, deveriam também continuar na descentralização para um atendimento mais pronto e mais rápido, porque é de grande benefício, realmente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Dr. Adolfo Rosewicz, ex-Secretário da Saúde do nosso Estado, bem como a presença do Sr. João Ferruci, Vereador da cidade de Paranaguá.

Sobre a mesa, quatro Emendas à Constituição do Estado, aos Artigos 92, 76, 70 e 107, todas já publicadas e distribuídas em Avulso aos Srs. Deputados.

A Presidência comunica que durante os próximos três dias, a Mesa receberá emendas às propostas referidas.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 151/78, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança — APAE, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 151/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA ESPERANÇA — APAE, com sede e foro na ci-

dade de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 04/79, dá nova redação ao parágrafo único, do artigo 39 do Regimento Interno. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O parágrafo único, do artigo 39 do Regimento Interno, modificado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá 13 (treze) membros.”

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;
DEL CIEL, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/77, de autoria do ex-Deputado VALTER PIETRÂNGELO, que cria uma Escola Técnica Agrícola no Município de PARANAVAÍ, e autoriza o Poder Executivo proceder sua instalação, promovendo o respectivo funcionamento a partir de 1978. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F., por unanimidade, e da C.I.P., por maioria. —

PROJETO DE LEI N.º 163/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada no Município de Paranavaí, uma Escola Técnica Agrícola, e o Poder Executivo autorizado a proceder a sua instalação, promovendo o seu funcionamento a partir de 1978.

Art. 2.º — O chefe do Poder Executivo, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da publicação desta lei, editará regulamentação, e demais atos complementares necessários à consecução do objetivo aqui fixado, definindo a vinculação da Escola à Secretaria de Estado competente.

§ único — Fica fixada a localização da escola, na Reserva do Estado, situada naquele município, definindo-se sua extensão, área e demais complementações através da regulamentação prevista neste artigo.

Art. 3.º — Serão adotadas pelo Poder Executivo as providências cabíveis no sentido de prover na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1978, os recursos necessários para sua instalação e funcionamento.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

É objeto do presente plano de lei, a criação de uma Escola Técnica Agrícola no Município de Paranavaí, atendendo as necessidades apresentadas por uma das regiões que apresenta maior potencialidade agropecuária em nosso Estado.

Paranavaí é sede da Micro-Região de número 10 do Paraná e é centro polarizador do Noroeste do Paraná, influen-

ciando social e economicamente em cerca de cinquenta outros prósperos municípios, além da emergente região sul-matogrossense.

A Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná — AMUNPAR — que tem sua sede em Paranavaí, congrega vinte e três importantes comunidades que totalizam uma área superficial de aproximadamente nove milhões de quilômetros quadrados e que abriga uma população de mais de trezentos mil habitantes, os quais, em sua maioria, dedicam-se à agricultura e à pecuária, pontificando no contexto econômico do Estado, com considerável parcela de contribuição para afirmação do processo de desenvolvimento paranaense.

A agropecuária - sabe-se - existente e praticada, tem resultado excelentes produções, todavia, lograr-se-ia substancial aumento de produtividade, se objeto de orientação e correção técnica.

Por outro lado, é inegável que uma Escola Técnica Agrícola, instalada na chamada Capital do Noroeste polarizará, sem dúvida, os interesses da juventude estudiosa de toda a área.

É mister salientar ainda, a existência do monumental Parque de Exposições mantido pela Sociedade Rural do Noroeste do Paraná que, ao longo dos anos de seu funcionamento, atinge sobejamente suas finalidades, mostrando ao Brasil e até mesmo ao Exterior, os auspiciosos resultados do labor incessante da gente do nosso Noroeste. É de se convir inclusive, que o próprio Parque de Exposições, pela sua vasta estrutura comporta confortavelmente as instalações da Escola Técnica Agrícola.

O presente projeto de lei procura atender as normas legais que regem a iniciativa legislativa quando, criando a Escola, defere ao Governo do Estado, a prerrogativa de proceder a sua instalação, bem como pleiteia a inserção no próximo Orçamento do Estado, de recursos necessários para atender o seu funcionamento.

Há que se ter em vista também, que a região tem reivindicado uma Escola Técnica nesses moldes e, a comunidade de Paranavaí já se pronunciou oficialmente, através do Vereador José Paranhos de Mesquita, pleiteando na Câmara Municipal, a sua criação.

Finalizando, é de ressaltar que na própria área do Município de Paranavaí encontra-se a Fazenda do Estado que também oferece as condições preliminares exigidas para funcionamento de campo de experimentação da escola cuja instalação se pretende.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 163/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Valter Pietrângelo, o presente Projeto de Lei n.º 163/77, tem por finalidade criar, no Município de Paranavaí uma Escola Técnica Agrícola, e dá outras providências.

Analisando-se a proposição apresentada através da sua justificativa, temos que é das mais meritórias as intenções do seu autor querer dotar o progressista Município de Paranavaí de uma Escola Técnica Agrícola, cujos benefícios, indiscutivelmente, se farão notar em toda aquela região do Noroeste do nosso Estado.

Entretanto, face às barreiras constitucionais que vedam a iniciativa por esta Casa, de matérias que impliquem no aumento da despesa pública - (Art. 25 e 35 da Const. Est.), opinamos contrariamente ao Projeto de Lei n.º 163/77, por ferir dispositivos constitucionais, nos resguardando para votar favoravelmente a proposição, caso o seu autor a queira transformar em sugestão ao Chefe do Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente
EZEQUIAS LOSSO, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 163/77

PARECER

Sem desconhecer o mérito da intenção do autor que pretendendo resolução de um dos problemas característicos cultural da região, somos **contrário** ao projeto supra, por implicar em aumento das despesas públicas, ferindo dispositivo constitucional.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1979.

(aa) ERONDY SILVÉRIO, Presidente;
LÚCIO MACHADO, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE LEI N.º 163/77

PARECER

Apesar de reconhecer a validade da intenção do presente projeto, pois o mesmo cria uma Escola Técnica Agrícola, que vem de encontro às necessidades de toda a vasta região do Noroeste do nosso Estado, quer no desenvolvimento técnico, ou no próprio desenvolvimento cultural, oferecendo ao enorme número de estudantes da Micro-região 10, a chance de atingir a um nível mais elevado, somos de **parecer contrário**, considerando que como membro da Comissão de Constituição e Justiça, já demos parecer contrário por ferir dispositivos constitucionais, nos reservando para votar favoravelmente em sugestão ao Executivo.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1979.

(aa) (WERNER WANDERER' Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

Em votação o Projeto de Lei n.º 163/77.— Com o parecer da C.C.J. contrário, a votação será feita inversamente. O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, a Assessoria da Mesa fez incluir na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 163/77, contrariando o que dispõe a Constituição do Estado, em seu Artigo 30 § 2.º, que diz que:

“Todas as proposições que sofrerem pareceres contrários em todas as comissões, é tido como rejeitada”.

É apenas uma observação, Sr. Presidente. Não me move nenhum outro intuito com relação ao projeto que se discute.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para indagar se existe um substitutivo para essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que não existe substitutivo.

O SR. IVO THOMAZONI — Razão pela qual, Sr. Presidente, considero a matéria vencida, porquanto determina que essa escola se instale no ano letivo de 1978.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para que nossa posição fique coerente com a posição já dita aqui neste plenário, quando se discutia um veto apostado a um projeto de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, que recebeu parecer contrário.

Já naquela ocasião, havíamos invocado o preceito constitucional lembrado agora pelo Deputado Erondy Silvério, que o projeto não tinha condições para vir a plenário.

Embora este projeto seja de um membro da bancada do MDB entendo que, regimentalmente, a Casa deve cumprir os preceitos e determine o seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa acata as questões de ordem levantadas pelos Srs. Deputados, e determina o arquivamento do Projeto de Lei n.º 163/77.— Ao Departamento Legislativo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/78, de autoria do ex-Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o "Recanto do Menor - CEMIC", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 136/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "RECANTO DO MENOR" — CEMIC, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1978.

(a) JORGE SATO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Maringá, com o atendimento ao menor.

O reconhecimento público municipal já foi outorgado através da Lei Municipal n.º 1.200/78.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação que regulamenta o instituto da declaração pública no âmbito estadual.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 136/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Jorge Sato, o presente Projeto de Lei n.º 136/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o RECANTO DO MENOR — CEMIC, com sede na cidade de Maringá.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO, Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n.º 23/79, que dispõe sobre a permuta do lote n.º 06, da Quadra n.º 8, do Perímetro Urbano da Cidade de Guaraniáçu, pelo lote n.º 5, da mesma quadra sendo o primeiro de propriedade do Estado e o segundo de propriedade do Município de Guaraniáçu. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 13/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote n.º 6, da Quadra 8, do Perímetro Urbano da cidade de Guaraniáçu, com a área de 474,00 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.257, do Livro 3-T, fls. 60, da Comarca de Laranjeiras do Sul, pelo lote n.º 5 da mesma quadra, com a área de 451,50 m², de propriedade

do Município de Guaraniáçu, conforme transcrição n.º 8.434, do Livro 3-K, fls. 288 da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 13/79

PARECER

1. Trata o presente projeto, oriundo da Mensagem n.º 23/79, que visa autorizar o Poder Executivo a permutar o lote n.º 5, da Quadra 8 do perímetro urbano da cidade de Guaraniáçu, com a área de 474,00 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.257, do Livro 3-T, fls. 60, da Comarca de Laranjeiras do Sul, pelo lote n.º 5 da mesma quadra, com a área de 451,50 m², de propriedade do Município de Guaraniáçu, conforme transcrição n.º 8.434, do Livro 3-K, fls. 288 da Comarca de Laranjeiras do Sul.

2. Não há dúvida de que a mensagem governamental consubstancia matéria de relevante interesse público e social, merecendo total acolhida nesta Comissão, tanto pela constitucionalidade que se reveste.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 13/79

PARECER

1. Trata o presente projeto, oriundo da Mensagem n.º 23/79, de autorizar o Poder Executivo a permutar o lote n.º 06, da Quadra n.º 8, do Perímetro Urbano da cidade de Guaraniáçu, com a área de 474,00 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.257, do Livro 3-T, fls. 60, da Comarca de Laranjeiras do Sul, pelo lote n.º 5 da mesma Quadra, com a área de 451,50 m², de propriedade do Município de Guaraniáçu, conforme transcrição n.º 8.434, do Livro 3-K, fls. 288, da Comarca de Laranjeiras do Sul.

2. Referida proposição, devidamente estudada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3. Quanto aos aspectos que deve esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é FAVORÁVEL à medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1979.

(aa) GERNOTE KIRINUS, Presidente;

GABRIEL MANOEL, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 02/79, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriunda da Mensagem Governamental n.º 04/79, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANACITY, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Alayde Costa de Souza. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Gevieski. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Delegacia da SUNAB, em nosso Estado, encarecendo providências com relação ao injustificável desaparecimento nas prateleiras dos supermercados do Norte do Estado, do óleo de soja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, contendo apelo no sentido de que seja instalada uma sede regional do IPE, em Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, visando providências contra atitudes arbitrárias, coativas e intimidatórias, tomadas por funcionários do referido Banco, agência de Medianeira e Banco Bamerindus, agência de Palotina, contra agricultores que participaram da reunião realizada no último dia 21. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero declarar o meu voto favorável ao requerimento do eminente Deputado Gernote Kirinus da brilhante bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Já no passado tivemos a oportunidade de fazer um pedido ao Banco Central e às autoridades monetárias nacionais, a esse mesmo respeito.

Lembro a esta Casa, que, o problema das NPRs vem sendo discutido há muito tempo. Houve movimentação de diversas camadas sociais, para que os agricultores fossem desobrigados do pagamento das NPRs das quais são endossantes, por uma medida de evidente justiça.

Tive oportunidade, na Legislatura passada de formular um expediente nesse sentido, às autoridades monetárias nacionais. O problema das NPRs ficou em suspenso por seis meses, e agora, quando se exige novamente, especialmente em função de atitudes de bancos particulares, o pagamento, a solvência dessas NPRs, é necessário que todas as classes e inclusive a classe política se manifestem contrárias ao pagamento das NPRs, pelos agricultores.

Nesse sentido, o Poder Legislativo faz bem quando encaminha apelo ao Banco Central, como também temos observado atuações do Governo do Estado, pleitos do Governador Ney Braga, para que o Banco Central através de uma linha de crédito especial, faça o cobrimento dessas NPRs.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, Senhores Deputados, o requerimento que ora está sendo votado, ele se originou de um documento aprovado pelos lavradores, em

que diz que, ou melhor, em que dizem os lavradores terem recebido manifestações, como fez referência o Sr. Deputado que há pouco usou da palavra, ter recebido manifestações de solidariedade do Sr. Governador do Estado, da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, como também da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, Regional Sul-2, da FETAEP, da Comissão Pastoral da Terra Nacional, de Deputados Estaduais e da Câmara de Vereadores de Toledo, autoridades, enfim entidades que representam a opinião pública, apoiaram plenamente esse pedido dos agricultores, essas reivindicações.

Como também estiveram os agricultores reunidos em audiência com o Sr. Reinholds Stephanes, Secretário da Agricultura, de onde receberam a seguinte informação: que a Secretaria da Agricultura e o Governo Estadual propuseram ao Banco Central, que se libere uma verba de 130 milhões de cruzeiros para cobrir o valor das NPRs já pagas e a pagar, cabendo aos Bancos habilitarem-se junto as empresas.

Até o presente momento não houve nenhum atendimento a esses pedidos.

Por isso voltam os lavradores a denunciar que estão sendo arbitrariamente cobrados, estão sendo desrespeitados em seus pedidos, quando por exemplo as denúncias na agência do Banco do Brasil em Medianeira, onde um funcionário rasgou a carteira e o talão de cheques do Sr. Mário Annchau, por ter apoiado seus colegas agricultores que têm problemas com as notas promissórias rurais.

A segunda denúncia diz respeito ao que aconteceu nessa mesma agência, quando foi negado ao Sr. Romeu Falkenbach financiamento para compra de uma grade, sendo-lhe dito que buscasse esse financiamento junto aos padres.

Do Sr. Albino Rustig, por exemplo, foi descontada uma prestação, que venceria apenas em agosto de 1980, mediante um cheque cruzado.

O gerente da mesma agência disse aos componentes da Comissão, Jaime Zilio e Antônio Giron, no ato da entrega do documento, que faziam parte de um grupo de agitadores, juntamente com padres e políticos, rasgando e jogando no lixo os referidos documentos.

Senhor Presidente e Srs. Deputados, creio que o Sr. Deputado que há pouco endossou inclusive o pedido destes agricultores, por ser justo, por ser de clamor por justiça, não queira também ser taxado de agitador por um simples agente de banco. O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — O Sr. me permite um aparte, Sr. Deputado?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Pois não. Tem V. Ex.^a o aparte. O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu vejo em algumas atitudes como essa, atitudes isoladas de funcionários bancários. Não vejo aí nenhuma responsabilidade do sistema monetário nacional, que está procurando encontrar uma solução para o problema. V. Ex.^a sabe que também é necessário o Governo Federal tomar cuidado com a solução desse problema, para evitar um benefício às firmas concordatárias, cujos diretores dessas empresas estão, segundo informações publicadas pelas empresas, vivendo muitíssimo bem a custo do sofrimento dos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra ao Sr. Deputado que em encaminhamento de votação, não é permitido aparte.

Continua com a palavra, o Sr. Deputado Gernote Kirinus. O SR. GERNOTE KIRINUS — Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu gostaria apenas de concluir o encaminhamento da minha votação, dizendo do meu voto favorável por ser justiça, alegando e tomando nota aqui de mais duas denúncias que vieram. Há algumas agências bancárias, diz o documento, que procuraram os agricultores para trocarem as notas promissórias rurais por duplicatas ou promissórias comuns, ou para assinarem cartas de confissão de dívida, com 5 linhas iniciadas em branco, isso sob ameaça de execução judicial a partir de 30 de abril.

Outra denúncia - em Nova Santa Rosa, dois proprietários estão sendo executados, judicialmente, pelo Banco Bamerindus da Comarca de Palotina, sendo que o Sr. Minibaldo Dirking está ameaçado de ter seus cinco alqueires de terra levados a leilão, dentro dos próximos dias, devido a uma nota promissória pendente de quarenta e oito mil cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se, portanto, de urgência que se tome uma medida, porque, enquanto se vai levando o processo, se vai largando, vai-se demorando no processo, os colonos estão sendo processados, estão sendo maltratados, estão sendo cobrados arbitrariamente. E se tardar a medida por mais tempo, será prejudicial aos nossos colonos.

Era esse o meu encaminhamento de votação e sou favorável, inclusive, à formação de uma reunião em que pede o apoio desses nossos Deputados aqui da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Em votação o requerimento. - APROVADO. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Gevieski, Presidente da Sociedade Recreativa Vasco da Gama. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário de Cultura e Esportes, sugerindo a criação de um financiamento ao produtor teatral do Paraná, visando a abertura de mercado para o artista paranaense. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal de Curitiba, encarecendo estudos urgentes, visando a reativação do ramal ferroviário entre Antonina e Morretes. - Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de designar um Delegado Especial, para presidir o inquérito policial, junto a Sub-Delegacia de Polícia do Distrito de Sarandí, Município de Marialva. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, consubstanciado em pedido de informações sobre quantas propriedades rurais possui o Governo do Estado e demais itens. - Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a agilização nos estudos para a construção da Ferrovia Maringá-Campo Mourão-Cascavel. - Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, pela deliberação da Diretoria do IBC em favor do café. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial do jornal "Gazeta do Povo", intitulado "Vamos Exportar Café por Paranaguá". - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que sejam efetuados os necessários estudos com vistas à adoção de convênios com os municípios a fim de estabelecer setores específicos de estatísticas e ICM, dividindo o Governo Estadual com os municípios, as despesas de instalação e funcionamento. - Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de solidariedade ao Vereador Adolpho Mariano da Costa, do Município de Medianeira, bem como voto de repúdio ao ato de arbitrariedade promovido pela Câmara Municipal do mesmo município. - Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 136/78 e 13/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 13 e 14/79.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 51/79.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 20/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 15, 16, 17 e 18/79.

Levanta-se a sessão.

ATAS DA COMISSÃO:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 9.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Fortes e contando com as presenças dos Senhores Deputados Adalberto Daros, Gilberto Carvalho, Jurandir Messias, Gabriel Manoel e especialmente os Deputados Paulo Camargo e Tuguio Setogutte, membros suplentes devidamente convocados. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados pelo Senhor Presidente, por ter avocado para si, os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 21/79, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 36/79, encaminhando anteprojeto de lei, que dispõe sobre a extinção das Gratificações "Pro Labore", atribuídas aos membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal da Justiça e do Tribunal de Alçada e de Diretores do Forum prevista da Legislação que especifica, e dá outras providências. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 12/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 19/79, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva estabelecer nova sistemática para o grupo ocupacional "Engenharia e Arquitetura" código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos cargos integrantes das várias carreiras que compõem o referido grupo ocupacional. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 20/79, relatado pelo Senhor Deputado Jurandir Messias, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 35/79, encaminhando anteprojeto de lei objetivando a criação de 6 (seis) cargos de Desembargadores no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Parecer favorável. Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada

mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada esta Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Luiz Delagassa Passos, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO WILSON FORTES — Presidente
OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA
A APURAR A SITUAÇÃO PERTINENTE A EROÇÃO,
POLUIÇÃO E VASÃO DE RIOS NO
ESTADO DO PARANÁ.
NONA LEGISLATURA

No dia 04 de abril, às 9,30 horas do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na sala de reunião das Comissões, com a presença de todos os membros da referida Comissão Parlamentar de Inquérito, reuniu-se a C.P.I. da Ecologia. Tomando a palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e colocou em votação a moção para aprovação dos nomes das entidades que deverão colaborar com a referida Comissão, sendo relacionadas as seguintes: Associação de defesa e Educação Ambiental e Associação Paranaense dos Engenheiros Florestais. Foi colocada ainda em votação o chamamento do Dr. João José Bigarella para discorrer sobre assuntos pertinentes na próxima reunião, que foi marcada para o próximo dia 10 do corrente, às 10,00 horas. Todas as moções foram aprovadas por unanimidade.— Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão, da qual, para constar, eu, Paulo de Tarso de Oliveira Abbas, Secretário de Comissão, lavrei a presente ata, que depois de aprovada, será pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim assinada, para que produza os efeitos legais.

SALA DAS COMISSÕES

EZEQUIAS LOSSO — Presidente
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9.^a LEGISLATURA — 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, de acordo com o Regimento Interno, e presentes os Senhores Deputados Deni Schwartz, Renato Bernardi, Fidelcino Tolentino, Airton Cordeiro, João Elísio, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer na qualidade de Suplente da ARENA. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1) PROJETO DE LEI N.º 3/79, do Deputado Fuad Nacli. Denomina Dr. João Ribeiro, a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, IAPAR, com sede na cidade de Londrina. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Deferida vista ao Deputado Augusto Carneiro, que apresenta Parecer FAVORÁVEL, com Substitutivo Geral. Aprovados. 2) PROJETO DE LEI N.º 4/79, do Deputado Basílio Zanusso. Cria no Município de Terra Rica, o Distrito de Ademar de Barros, com sede e divisas que especifica. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N.º 5/79, do Deputado Erondy Silvério. Concede aos Oficiais de Justiça, indenização de transporte, para ressarcir-lhes despesas de locomoção, e dá outras providências. Relator, Deputado Airton Cordeiro. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino sugere que seja encaminhado ao Poder Executivo em forma de sugestão. Parecer do Relator CON-

TRÁRIO. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 6/79, do Deputado Gabriel Manoel. Declara de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social, com sede em Abatiá. Relator, Deputado Deni Schwartz. Requer seja convertido em diligência junto ao autor do projeto a fim de anexar documentos. Deferido. 5) PROJETO DE LEI N.º 8/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 18/79, encaminhando anteprojeto de lei solicitando reversão ao patrimônio do Município de Francisco Beltrão, imóvel de propriedade do Estado, como especifica. Relator, Deputado João Elísio. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI N.º 11/79, do Deputado Edilson Alencar. Declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC, de Assis Chateaubriand. Relator, Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI N.º 22/79, do Deputado Carlos Zanlorenzi. Declara de utilidade pública o MIS -- Movimento de Integração Social, do Município de Balsa Nova. Relator, Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 23/79, do Deputado Augusto Carneiro. Declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos, de Engenheiro Beltrão. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N.º 25/79, do Deputado Augusto Carneiro. Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica da Família, da cidade de Reserva. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI N.º 30/79, do Deputado Basílio Zanusso. Modifica as divisas do Distrito de Alto Alegre, Município de Colorado. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Deferida vista ao Deputado Fidelcino Tolentino. 11) PROJETO DE LEI N.º 31/79, do Deputado Tércio Albuquerque. Cria os Distritos Administrativos de Ramilândia e Diamante do Oeste, no Município de Matelândia. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Requer seja convertido em diligência junto à Prefeitura do Município de Matelândia. Deferido. 12) PROJETO DE LEI N.º 32/79, do Deputado João Elísio. Declara de utilidade pública a Associação Bamerindus, nesta Capital. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 13) PROJETO DE LEI N.º 36/79, do Deputado Tércio Albuquerque. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Matelândia, o imóvel que especifica. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 14) PROJETO DE LEI N.º 38/79, do Deputado Gilberto Carvalho. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Município de São Pedro do Ivaí. Relator, Deputado João Elísio. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 15) PROJETO DE LEI N.º 38/79, do Deputado João Elísio. Dá nova redação ao art. 1.º, da Lei n.º 6.628, de 17-10-74. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 16) PROJETO DE LEI N.º 40/78, dos Deputados Luiz Gabriel e Fidelcino Tolentino. Dá nova redação ao § 4.º, do art. 3.º, da Lei n.º 6.569, de 27-6-74. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 17) PROJETO DE LEI N.º 153/78, do Deputado Werner Wanderer. Declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Martin Luther, de Marechal Cândido Rondon. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 18) PROJETO DE LEI N.º 168/78, do Deputado Werner Wanderer. Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais S.O.S., de Palotina. Relator, Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 19) PROJETO DE LEI N.º 62/77, do Deputado Enéas Faria. Estabelece prazo na abertura de licitação para a construção de Postos do Corpo de Bombeiros, como especifica. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 20) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 287/78, do Deputado Luiz Roberto Soares. Formaliza, através de Decreto Legislativo, aprovado em discussão única e por

maioria simples, a autorização para o Governador e Vice-Governador afastarem-se do País ou Estado, e dá outras providências. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Deferida vista ao Deputado Paulo Camargo. 21) PROPOSIÇÃO N.º 5/79, do Poder Executivo. Ofício n.º 16/79, encaminhando Veto parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 201/78, oriundo de Mensagem Governamental que dispõe sobre novos valores dos cargos que especifica. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL, à apreciação pelo Plenário. Aprovado. 22) PROPOSIÇÃO N.º 14/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 3/79, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Nova Londrina, para execução de obras de controle da erosão urbana. Relator Deputado Nelton Friedrich. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 23) PROPOSIÇÃO N.º 18/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 7/79, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios de Cidade Gaúcha, Francisco Alves, Planaltina do Paraná e Santa Inês, para combate à erosão urbana. Relator Deputado Nelton Friedrich. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 24) PROPOSIÇÃO N.º 19/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 8/79, encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Porto Rico, para execução de obras de combate à erosão urbana. Relator, Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 25) PROPOSIÇÃO N.º 21/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 10/79, encaminhando convênio celebrado entre diversos órgãos da esfera federal e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, para formalização de cooperação técnica e financeira na execução de projetos vinculados ao Plano Nacional de Segurança Nacional. Relator, Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 26) PROPOSIÇÃO N.º 22/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 11/79, encaminhando cópia de convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, para execução de obras de serviço de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra. Relator, Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 27) PROPOSIÇÃO N.º 26/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 15/79, encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, para fins que especifica. Relator, Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 28) PROPOSIÇÃO N.º 33/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 26/79, encaminhando cópia do convênio celebrado entre os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a SUDESUL e o BRDE, para realização dos estudos do Plano de Operações do Programa Agro-Indústria da Região Sul. Relator, Deputado Nelton Friedrich. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 29) PROPOSIÇÃO N.º 38/78, do Poder Executivo. Mensagem n.º 32/79, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, para construção de prédios públicos. Relator, Deputado Nelton Friedrich. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 30) PROPOSIÇÃO N.º 39/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 33/79, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica. Relator, Deputado João Elísio. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 31) PROPOSIÇÃO N.º 44/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 39/79, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica. Relator, Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de

Resolução. Aprovado. 32) PROPOSIÇÃO N.º 45/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 40/79, encaminhando Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, para fins que especifica. Relator, Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 33) PROPOSIÇÃO N.º 48/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 43/79, encaminhando Termo Aditivo aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica. Relator, Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 34) PROPOSIÇÃO N.º 49/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 44/79, encaminhando termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica. Relator, Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presente à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

DEPUTADO PAULO CAMARGO

Presidente

RITA SOARES BERTOLI

Secretária

Portaria:

PORTARIA N.º 313/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3718, de 17 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

reajustar os valores constantes dos anexos I e II, do Decreto Legislativo n.º 598/77, alterado pela Portaria n.º 175/78, de acordo com as tabelas abaixo discriminadas:

TABELA I
Valores Cr\$ 1,00

NÍVEIS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
Motoristas	289	386
1 a 23	380	670
24 a 30	550	1.050
Secretário de Comissão, Consultores Legislativos e Médicos	550	1.050

TABELA II
Valores Cr\$ 1,00

CARGOS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
4-C e 5-c	380	670
1-C, 2-C, 3-C e DAS-5	550	1.050
DAS-2, DAS-3 e DAS-4	680	1.290

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de abril de 1979.
ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 348/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

designar ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES, matrícula n.º 189, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular.
(Proc. 2676).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 349/79

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 157/77, de 25 de março de 1977, na parte que se refere à funcionária IRANI CARINI, matrícula n.º 179, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência.

II — designar a funcionária acima mencionada para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.
(Proc. 3122).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 350/79

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 157/77, de 25 de março de 1977, na parte que se refere à funcionária LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, matrícula n.º 477, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência.

II — designar a funcionária acima citada, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.
(Proc. 3122).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 351/79

designar o funcionário HONORINO LUIZ COLLA, matrícula n.º 505, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de abril de 1979.
(Proc. 2906).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 352/79

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 389/77, na parte que se refere à funcionária IZABEL FREITAS, matrícula n.º 534, que designou para exercer funções de Auxiliar de Plenário, do Departamento Administrativo, a partir de 1.º de março de 1979.

II — designar o funcionário JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matrícula n.º 518, para exercer as funções de Auxiliar de Plenário, símbolo 7-F, do Departamento Administrativo, percebendo das vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de março de 1979.
(Proc. 2727).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 353/79

revogar, a pedido, o item II, do Decreto Legislativo n.º 203/77, de 11 de abril de 1977, que designou para exercer as funções de Motorista do Gabinete da 3ª Secretaria, percebendo a Função Gratificada, símbolo 5-F, o funcionário FRANCISCO TABORDA RIBEIRO, matrícula n.º 375, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Proc. 3004).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 354/79

I — revogar, a pedido, o item II, do Decreto Legislativo n.º 193/79, que designou para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança da ARENA, o funcionário NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, matrícula n.º 541, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional

de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — designar o funcionário acima mencionado para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança da ARENA, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.
(Proc. 2661).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 355/79

retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 176/79, de 05 de março de 1979, que concedeu benefícios em favor da funcionária ALBA LÍGIA ARAÚJO E GARCIA, matrícula n.º 111, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o tempo contado pelo mesmo é de dois (02) meses, referentes as férias de 1978 e não como ali constou.
(Proc. 1000).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 356/79

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 198/77, na parte que se refere ao funcionário NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula n.º 491, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento Legislativo, a partir de 15 de março de 1979.

II — designar o funcionário SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, matrícula n.º 434, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 15 de março de 1979.

III — designar a funcionária EMÍLIA DE MIRANDA BECKER, matrícula n.º 374, para exercer as funções de Assistente de Plenário, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 15 de março de 1979.
(Proc. 2636).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 357/79

conceder à funcionária NILVA MARIA MORO, matrícula n.º 497, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 05 de dezembro de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.
(Proc. 2716).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 358/79

designar o funcionário OSIRIS DE BRITO, matrícula n.º 083, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Assistência Técnica Legislativa, do Gabinete da Consultoria Legislativa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.
(Proc. 2590).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 359/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula n.º 320, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.
(Proc. 2520).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 360/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS, matrícula n.º 030, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o segundo quinquênio, compreendido entre 02 de janeiro de 1973 e 02 de janeiro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 24 de novembro de 1978, data que, em razão das contagens retro das férias de 1977 e da licença especial referente ao segundo quinquênio, completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Proc. 1262).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 361/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LEONOR FIORI HILGERT, matrícula n.º 078, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar.

(Proc. 2373).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 362/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ MIR AMORIM PEREIRA, matrícula n.º 249, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de

suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 1.º de junho de 1975 e 1.º de abril de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 1.º de abril de 1979, data que, em razão da contagem retro das férias de 1978, completou (30) trinta anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).

(Proc. 2165)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 363/79

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 538/78, de 13 de outubro de 1978, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle e Movimentação de Processo, do Departamento Administrativo, o funcionário JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula n.º 092, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — designar o funcionário acima mencionado, para exercer as funções de Chefe da Seção de Correspondência, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

III — designar a funcionária IGLAIR SMANIOTTO, matrícula n.º 298, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle e Movimentação de Processo, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Proc. 3033).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 364/79

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 169/77, na parte que se refere à funcionária NILVA MARIA MORO, matrícula n.º 497, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da ARENA.

II — designar o funcionário LUCIANO ANTÔNIO BITTENCOURT, matrícula n.º 519, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da ARENA, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Proc. 2661).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1979.

(aa) FÁBIO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSI — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário